



MUNICÍPIO DE ARGANIL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta n.º 05

Sessão Ordinária

da

Assembleia Municipal

realizada

em

05 de Setembro de 2020



Assembleia Municipal

ACTA N.º 5

-----Aos cinco dias do mês de Setembro do ano de dois mil e vinte, no Auditório da Cerâmica Arganilense, reuniu, pelas dez horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Arganil, sob a presidência de Ricardo Pereira Alves, sendo secretariado pelos Senhores Deputados António Gonçalves Cardoso e Nuno Alberto Fernandes do Couto Espinal, na qualidade de 1º e 2º secretários, respectivamente.-----

-----O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** usou da palavra para “saudar todos os presentes e pedir desculpa pelo atraso no início dos trabalhos, pois tivemos uma pequena reunião entre a Mesa e os líderes dos grupos parlamentares antes do início desta Assembleia”.-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Segundo Secretário da Mesa**, que procedeu à chamada nominal, tendo respondido os seguintes elementos:-----

-----**Deputados Municipais eleitos:**-----

-----Ricardo João Barata Pereira Alves, António Gonçalves Cardoso, António Miguel Ribeiro Pinheiro, Carlos Miguel Oliveira Nobre, em substituição de Mário Pereira Gonçalves, Manuel Augusto Simões Rodrigues, Sara Rita Rodrigues Pedroso, Daniel Ricardo Simões Gonçalves, Arlindo Lopes, em substituição de Elisabete Simões Oliveira, Nuno Alberto Fernandes do Couto Espinal, Luis da Silva Moreira Gomes, Tamára Alexandre Brandão Simão, Fernanda Maria Marques Martins Pacheco, Miguel Mateus Teixeira, João José Monteiro Figueira, em substituição de André Rodrigues Vicente, Margarida Teresa Abranches Freire de Figueiredo, em substituição de Ivone Inês de Almeida Sousa Borges, António João Lopes, Christophe Rodrigues Coimbra, Miguel Sérgio Fernandes Dias, em substituição de Mário Rui Adrião Gonçalves e Maria José das Neves Fernandes Silva.-----

-----**Deputados Municipais com Assento:**-----

-----Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, João António Travassos Nunes; Presidente da Junta de Freguesia da Benfeita, José Gonçalves da Costa Pinheiro; Presidente da Junta de Freguesia de Celavisa, Maria do Rosário Gomes Oliveira; Presidente da Junta de Freguesia de Folques, Paulo Jorge Travassos Batista; Presidente da Junta de Freguesia de Piódão, José da Conceição Lopes; Presidente da Junta de Freguesia de Pomares, Amândio Fernandes Dinis; Presidente da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira, Luís Fernando das Neves Rodrigues; Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, José Manuel Fidalgo Nogueira; Presidente da Junta de Freguesia do Sarzedo, Idílio Jorge Araújo Correia; Presidente da Junta de Freguesia das Secarias, António Souto de Carvalho; Presidente da União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, Adelino Antunes de Almeida; Presidente da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, João



Assembleia Municipal

Manuel Marques Tavares; Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira, José António Gomes Costa e Presidente da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, Paulo Jorge Marques Amaral.-----

-----Faltou a senhora deputada municipal Ana Sofia Antunes, não tendo apresentado justificação da falta.-----

-----Também estavam presentes o Senhor Presidente da Câmara, Luís Paulo Costa, acompanhado pela restante Vereação, respectivamente Paula Dinis, Luís Almeida, Érica Castanheira, Rui Silva, Fernando Vale e Tyoga Macdonald.-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para dizer que “antes de passarmos à leitura da correspondência, queria dar aqui nota de duas comunicações que tivemos; a primeira, da senhora vereadora Érica Galdes Castanheira, comunicação de acumulação do cargo autárquico em exercício da actividade docente, a título gracioso. É um imperativo legal dar conhecimento quer à Assembleia quer à Câmara. Não queria deixar de saudar a senhora vereadora Érica Castanheira pelo exercício destas funções, ainda que a título gracioso, mas que naturalmente a honram a si e também honram o concelho.-----

-----Quero ainda dar nota que recebemos uma carta da senhora deputada Joana Rita Oliveira Gomes, em que pede a sua substituição na Assembleia Municipal, não esclarecendo, nessa carta, se se trata de um pedido de renúncia ou de um pedido de suspensão; não resulta claro, nessa missiva que nos enviou. Aquilo que procurámos fazer foi a sua substituição, mas apesar da tentativa de a substituir, para esta sessão em concreto, não foi possível, mas queria transmitir aos senhores deputados que o que tencionamos fazer é pedir que a senhora deputada esclareça se se trata de uma renúncia ou de suspensão, para depois podermos empossar o novo deputado na Assembleia Municipal, uma vez que é preciso algumas formalidades legais, e fá-lo-íamos na próxima sessão da Assembleia Municipal.”-----

-----Teve a palavra o segundo secretário, senhor deputado **António Cardoso**, para referir que “do expediente recebido destaca-se, do STAL Nacional, ofício sobre regulamentação de suplemento de risco e do Grupo Parlamentar Os Verdes, pergunta ao Ministro da Saúde sobre a dificuldade de contacto telefónico com o Serviço de Saúde de Proximidade”.-----

-----O Segundo Secretário da Mesa deu ainda conhecimento do pedido de justificação das faltas dos senhores deputados André Vicente, Ivone Borges, Elisabete Oliveira, Mário Rui Adrião Gonçalves, Joana Rita Gomes e Mário Pereira Gonçalves.-----



Assembleia Municipal

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1 - Assuntos de Interesse para o Município.-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Miguel Pinheiro** para referir que “gostava que o Senhor Presidente explicasse o que é que se passa com a obra no Largo Ribeiro de Campos, pois disse-nos que a ideia de conclusão seria em Julho e por isso gostava de saber qual é o motivo deste ligeiro atraso e quando avançam para as restantes artérias.-----

-----Em relação aos serviços do município, que estão deslocados devido às obras nos Paços do Concelho, pergunto como é que tem sido esta nova reacção à pandemia, se está em marcha alguma modificação de localizações e qual é que é a previsão de conclusão das obras; gostava de saber se a próxima Assembleia Municipal já decorrerá no Salão Nobre dos Paços do Concelho.-----

-----Gostava ainda que o Senhor Presidente nos explicasse, em relação às notícias de há pouco tempo atrás, os desenvolvimentos em relação ao Teatro Alves Coelho, que consequências práticas é que decorrem desta decisão da Santa Casa, de conceder direito de superfície; que é que vai acontecer em seguida? Gostava que nos esclarecesse o que é que mudou, o que é que aconteceu para que fosse possível, ou seja possível hoje, o que não foi possível há uns anos atrás, com o investimento aparentemente salvaguardado com uma candidatura.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Luis Gomes** para se referir “à presumível construção da barragem no Rio Alva, no Vale das Botas; a questão é dirigida ao Partido Socialista: conhecida que foi a tomada de posição desta Assembleia Municipal, relativamente a essa matéria, queria saber, da bancada do Partido Socialista, dos membros representados aqui, pelo Partido Socialista, que ações é que o Partido já desenvolveu através dos seus deputados na Assembleia da República, através dos elementos vereadores que fazem parte da Câmara, membros da Assembleia Municipal, que ações foram já desenvolvidas junto do Governo, para travar a construção da Barragem. Uma vez que o Partido Socialista está envolvido nesta matéria, e sendo Governo, é importante que tome uma posição bem definida junto de quem tem que decidir, dos organismos do Estado que têm que decidir, Ministério do Ambiente, todos aqueles que intervêm nessa matéria. Desconhecemos se já foi tomada alguma ação ou não relativamente a esta matéria. Gostaria de questionar o Partido Socialista sobre este assunto.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **António João Lopes** para referir que “espero que estes processos de criação de riqueza não sejam travados nesta Assembleia e tenhamos cada vez mais a possibilidade de desenvolver o país, de forma a que não haja aqui velhos do Restelo, como falava Camões.-----



Assembleia Municipal

-----Tenho aqui algumas propostas que proponha que fossem votadas, para que tenhamos com clareza quem é que está pelo lado da produção ou quem é que quer estar pelo lado do passado, da turma da candeia, como eu costumo dizer. Uma delas, Segurança e Conforto: em Côja, verificam-se por vezes corridas de motas e carros, com grande barulho, eu proponha que a Câmara pusesse umas passadeiras daquelas do tipo “quebra molas” junto da biblioteca e junto das escolas e do Lar terceira idade. Na Qualidade de Vida, proponho que sejam desenvolvidas ações com as empresas de transmissões, porque nas povoações de Cepos, Casal Novo, Porto Castanheiro, Parrozelos, é muito difícil ou há constantes interrupções de comunicações por telemóvel. Desenvolvimento Económico, verifica-se ou pelo menos tem sido com muita frequência que oiço dizer aqui em Arganil que o comércio está relativamente com dificuldades, em comparação com Tábua, Oliveira do Hospital ou outros aglomerados populacionais; logo, proponha que a Câmara organizasse com os comerciantes e com alguns técnicos regionais e nacionais, conforme decisão possível, alguma edição de folhetos com programas que desenvolvessem ou que animassem o comércio aqui em Arganil. Tenho ouvido lamentações de muita gente dizendo que Arganil comercialmente parece que está em situação de morte lenta; esperamos que isso se desenvolva melhor. Quanto à Produção, pergunto se está prevista a vinda de verbas da União Europeia para investimentos no país, em função da pandemia que vivemos. Contactei com algumas colectividades e comissões de baldios que estão interessadas em criar rebanhos de cabras tipo “sapadores”, como o actual rebanho que existe nos Cepos e Casal Novo, e há uma outra solução que é com vacas maronesas, um tipo de vaca da região do Marão, veio há pouco nos jornais uma grande reportagem de rebanhos de vacas maronesas que comem todas as plantas que nascem espontaneamente, as mesmas que existem aqui, e foi realizado um concurso na Galiza de carne de vaca, com vacas japonesas, argentinas, europeias, e a vaca maronesa ganhou o primeiro prémio; é uma vaca adaptada à alimentação da serra e é capaz de ser interessante aqui na Serra do Açor.-----

-----Tenho ouvido com frequência os projectistas lamentarem que na Câmara de Arganil há projectos de construção que demoram cerca de um ano; isto é exagerado, no entanto, há concelhos na região, que foram capazes de ultrapassar esta barreira burocrática e estabelece-se contacto entre o técnico municipal e o técnico projectista, por telefone, de forma a encontrarem a solução conveniente e isso reduz o extremamente grande tempo de espera, diminui o trabalho burocrático e parece satisfazer bastante bem os investidores; eu proponha que a Câmara explorasse este aspecto e se tivesse dúvidas visse com Câmaras vizinhas, que já têm esses problemas resolvidos.-----

-----Anteriormente eu referia-me à produção por isso, eu ao dizer que é possível fazer investimentos em animais para reduzir os incêndios e alimentarem-se dos produtos que crescem na serra, era conveniente que a Câmara tivesse ... “-----



Assembleia Municipal

-----O Senhor Presidente da Assembleia pediu ao senhor deputado António João Lopes para concluir, tendo este solicitado mais cinco minutos das intervenções seguintes. Como tal não foi possível, o senhor deputado **António João Lopes** questionou: “porquê? Se é possível no banco emprestem-me dinheiro, porque é que o senhor não me pode emprestar cinco minutos? É assim um grande conflito? Eu proponha que a Câmara tivesse um gabinete que desse apoio a estes investidores em rebanhos que pretendemos que se desenvolvam na serra, diminuindo os incêndios e aumentando a produção nacional.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para dizer “senhor deputado, relativamente às propostas que apresentou, pelo que me parece é que elas se enquadram naquilo que são as atribuições e competências do executivo municipal, pelo que, salvo melhor opinião, o que me parece que fará mais sentido, é podermos entregar estas propostas ao Senhor Presidente da Câmara e ao executivo, que depois fará a sua devida análise e fará com essas propostas aquilo que entender mais adequado.”-----

-----Senhor deputado, com certeza que não é função da Assembleia Municipal decidir onde se colocam lombas, no concelho.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Christophe Coimbra** para referir que “neste período antes da ordem do dia gostaria de abordar dois assuntos que acabam por se relacionar entre si e de deixar, no final, uma nota de agradecimento.”-----

-----É bem visível o trabalho que tem sido feito por este executivo em termos de investimento pelo concelho. Já tive oportunidade de o referir por diversas ocasiões. Aqui gostaria de referir um ponto em concreto. Sabemos bem como são valorizadas por todos Nós as condições da rede viária que diariamente estamos obrigados a utilizar. Por motivos tão diversos como o grau de segurança, o conforto ou até o risco de danos nas viaturas que utilizamos, todos gostamos muito de quilómetros de bom pavimento. Se com o suporte dos valores vindos do Fundo de Solidariedade da União Europeia houve uma quantidade significativa de estradas que se viram melhoradas, é também verdade que a acção do executivo municipal não ficou por aí.

-----O território do nosso município viu um conjunto muito alargado de estradas e arruamentos melhorados recentemente, do alto ao baixo concelho, do centro da vila às pequenas aldeias dos limites do nosso concelho. Percebemos também que não ficará por aqui e que essa melhoria continuará a ser levada a cabo como podemos constatar pelo que nos é levado a votar no ponto 4 da ordem de trabalhos. Esse número é de tal forma elevado que acredito que comece até a incomodar. Já ouvimos em sessão anterior o colega deputado Miguel Pinheiro referir que o Sr. Presidente parecia querer desta forma alcatroar a sua reeleição, e vimos agora no artigo da oposição no boletim municipal de Agosto dito “que o desenvolvimento territorial exige bem mais que alcatrão e tinta branca”. É sinal que esse pelos vistos, até na opinião da oposição, tem vindo, e em quantidade abundante. Quanto à frase



Assembleia Municipal

que é dita, concordo em pleno, e o executivo certamente que também, e isso é bem visível em todos os investimentos que decorrem em Arganil. Perdoem-me, mas tenho que fazer esta nota adicional acerca deste artigo. É referida a dada altura do texto a falta de honestidade deste executivo por assumir para si a responsabilidade de todo o investimento promovido no concelho. Pergunto. Desonesto, assumir o que efectivamente está feito neste território, seja investimento directo do município ou promovido por entidades terceiras por acção do município? O que me parece francamente desonesto é querer convencer os nossos munícipes que tudo acontece por obra do acaso. Fazer querer que quatro vassouras, colocadas naquelas quatro cadeiras, fariam tudo o que está a ser feito. Eu digo não. Digo mais, outras quatro pessoas naquelas quatro cadeiras, muito provavelmente também não fariam o que está a ser feito. Desonesto e pouco defensor dos interesses do nosso município parece-me ser querer reduzir à escala do insignificante tudo o que de bom se faz neste território.-----

-----Aproveito o tema redes viárias para ligar este a outro assunto que me parece muito importante. O IP3, julgo eu que será reconhecido por todos como uma das mais importantes, senão a mais importante via do itinerário de ligação a Arganil. Por aí fazemos a ligação à nossa capital de distrito, à capital do nosso país, aos cuidados de saúde centrais, para além de ser garantidamente a porta de saída da maioria dos bens transaccionáveis fabricados e comercializados pelas empresas do nosso concelho. Será também por aí o trajecto natural de grande parte das pessoas que pretendam visitar o nosso concelho, seja em trabalho ou lazer.-----

-----Senhor Presidente, consegue esclarecer-me sobre o que é que efectivamente irá ser feito no IP3 em termos da sua requalificação? Sou utilizador diário do IP3 e a cada passagem que lá faço, não deixo de cruzar o que vejo com a apresentação que foi feita pelo nosso primeiro-ministro, Dr. António Costa onde foram apresentadas entre outras algumas das seguintes valias para o novo IP3:-----

---85% do traçado em perfil de auto-estrada 2+2-----

---12% do traçado em perfil de 2+1-----

---Apenas 3% do traçado em perfil de 1+1-----

---Estrada com tecnologia de ponta assente em rede 5G para monitorização e comunicação entre os veículos e as infra-estruturas-----

---Redução do tempo de viagem do percurso de 75 quilómetros com duração média actual de 65 minutos em 1/3.-----

-----É um facto que a obra que decorre é a de requalificação entre o nó de Penacova e a ponte sobre o Rio Dão que não previa alterações significativas do traçado e do perfil, mas olhando para o que está a ser feito neste troço, para cumprir o que foi apresentado publicamente, é necessário que o restante traçado do IP3 seja todo ele alvo de uma mexida quase total. Se não vejamos, pelos dados apresentados, pelo próprio primeiro-ministro, e que anteriormente referi, passaremos a ter um tempo médio de viagem de 43 minutos para os 75 quilómetros do percurso. Significa isto que faremos a viagem a uma velocidade média de 105 quilómetros. Velocidade



Assembleia Municipal

média esta, acima do limite legal actual do próprio IP3, mesmo ignorando os limites de velocidades inferiores em muitas zonas do traçado. Atendendo ao perfil de trânsito que circula no IP3, que inclui sempre um elevado tráfego de viaturas pesadas e fazendo por cumprir o código da estrada, parece-me manifestamente difícil que se venha a conseguir tal proeza.-----

-----Sendo o Município parte interessada, questiono o Sr. Presidente sobre se é cedida pela Infra-estruturas de Portugal ou pelo Governo algum tipo de informação detalhada acerca do que é expectável que venha a ser realizado no restante traçado, porque no que já foi sujeito a intervenção, é fácil constatar que, no que toca a alterações, não mudou uma vírgula. Foram quase exclusivamente trabalhos de repavimentação. Algo que me parecia absolutamente fundamental, e onde o IP3 sempre foi crítico, como garantir o acesso rápido dos meios de socorro em caso de acidente, tudo continua como até aqui, muito difícil.-----

-----Resumidamente pergunto, Sr. Presidente, pela informação disponível, se considera o Município de Arganil que o que está e será feito no IP3 é a obra central para reforçar a coesão interna e a competitividade da região centro como disse o nosso primeiro-ministro ou estaremos perante mais uma pomposa apresentação que no final se traduzirá em pouco mais que uma repavimentação do que existia. Ou visto por outro lado, e com base também em declarações do Dr. António Costa, será que quem viu as evoluções nas carreiras ou vencimentos serem usados como moeda de troca para as obras no IP3 avançarem, ficaram satisfeitos com o resultado final?-----

-----Ainda assim, não posso deixar de reconhecer que até que seja apenas uma repavimentação, é melhor que nada. Fico é na óbvia expectativa que no final o proporcionado tenha correspondência com o que foi apresentado.-----

-----Numa nota totalmente diferente, e para finalizar a minha intervenção, gostaria de deixar publicamente uma palavra de reconhecimento ao Sr. Manuel Fidalgo. Num momento em que entende que a sua saúde não lhe permite continuar o seu trabalho na liderança da Junta de Freguesia, fica o meu agradecimento por tudo o que deu à nossa terra. Enquanto são martinicense, desde que me lembro de ser gente, que conheço o Sr. Manuel Fidalgo como homem envolvido no desenvolvimento da nossa freguesia. Os inúmeros anos de serviço na Junta de Freguesia, compondo vários executivos e o trabalho realizado em diversas associações, como por exemplo o Grupo Desportivo e Cultural, merece o meu respeito e admiração. Com homens com a sua dedicação e colaboração, a nossa terra só pode ficar a ganhar. Muito obrigado Sr. Manuel Fidalgo, bem-haja.-----

-----Obrigado.”-----

-----Pedi a palavra a senhora deputada **Fernanda Pacheco** para referir que “gostaria de abordar nesta Assembleia alguns assuntos que considere pertinentes. Terminada a época balnear, que no concelho de Arganil decorreu entre 1 de Julho e 31 de Agosto, período no qual existiu vigilância de nadadores-salvadores, nas



Assembleia Municipal

nossas praias fluviais, havendo bastante afluência de pessoas no nosso concelho, gostaria de enaltecer o trabalho desenvolvido tanto pela Câmara Municipal, como pelas respectivas Juntas de Freguesia, pois tendo em conta a situação de pandemia por COVID 19, foi necessário, para além do habitual, limpeza, preparação e melhoria das praias fluviais, definir, com base no DL n.º 24/2020, de 25 de Maio, e pôr em prática um conjunto de orientações e regras aplicáveis às águas balneares, identificadas como Praias de Banhos, onde, por norma, há maior concentração de pessoas e comercialização de bens e serviços, o que poderia levar ao aumento do risco de contágio, caso não fossem adoptadas as regras de higiene e segurança. Como é do conhecimento geral, as praias vigiadas estavam devidamente identificadas, tendo sido definida pela Agência Portuguesa do Ambiente a capacidade potencial de ocupação. Constatei, em algumas que visitei, a existência da devida sinalética de modo a evitar cruzamento de pessoas nos acessos às praias e o cuidado que as mesmas tinham em respeitar as regras de segurança. As praias fluviais, para além de outros lugares e zonas de lazer do nosso concelho, são recursos naturais de que nos devemos orgulhar e que, sendo preservados, contribuem claramente para melhorar a economia deste nosso concelho, pelo que reforço novamente o trabalho desenvolvido neste âmbito. Ainda em relação ao Lazer, gostaria de questionar o senhor Presidente da Câmara quanto ao ponto de situação das piscinas de S. Martinho da Cortiça.-----

-----Claro que o que referi contribui claramente para o Turismo no nosso concelho e, ligado ao mesmo, gostaria de salientar com agrado a candidatura já aprovada para a intervenção no Parque de Campismo do Sarzedo, permitindo assim uma melhor utilização daquele espaço, também bastante procurado por quem nos visita, maioritariamente no Verão.-----

-----Para finalizar, gostaria de expor o seguinte assunto: com o aproximar do início do ano lectivo, onde até ao momento, há indicações para que as aulas sejam presenciais, uma das muitas preocupações dos alunos, encarregados de educação e professores, são os transportes. Neste sentido, gostaria de questionar o executivo para saber se já houve algum tipo de diálogo com a Transdev ou outras empresas, de modo a evitar os ajuntamentos nos autocarros, salvaguardando o devido distanciamento social entre os seus utilizadores, nomeadamente os alunos, que se deslocam de diferentes locais do nosso concelho e de outros concelhos vizinhos.”----

-----Pedi a palavra a senhora deputada **Maria José Silva** para “fazer um breve ponto da situação em relação à mini-hídrica, que já foi aqui abordado, que mereceu como todos sabem a aprovação de uma Moção nesta Assembleia, contra a sua construção; foi uma posição conjunta e este deve ser um assunto e um ponto de concórdia como nos merecem todos os municípios. É um ponto de concórdia, é uma causa de todos porque conseguiu reunir em seis meses mais de cinco mil assinaturas, numa petição que já foi entregue na Assembleia da República e que esperamos tenha o destaque que este assunto merece. Gostaria de aqui expressar



Assembleia Municipal

um especial agradecimento a todos os membros do executivo camarário que sempre acolheram as solicitações do grupo de cidadãos que entretanto se formou e do qual faço parte, assim como ao senhor presidente da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, no apoio e na divulgação da petição. Neste ponto, gostaria de perguntar ao senhor Presidente da Câmara se, entretanto, houve algum desenvolvimento, alguma resposta por parte do Ministério do Ambiente ou do Governo e se houve, quais as iniciativas que tomou desde que aqui foi aprovada esta Moção.-----

-----Um outro ponto que gostaria de referir prende-se com o esforço do município em organizar uma série de actividades de carácter cultural e de lazer durante este Verão tão atípico que tivemos e que dinamizaram o concelho; falo das Noites Musicais no Largo do Cruzeiro, onde têm decorrido concertos que têm dado oportunidade às colectividades e aos grupos musicais do concelho para, mesmo durante um Verão sem apresentações, puderem dar a conhecer o seu trabalho. Falo ainda dos percursos pedestres temáticos em vários pontos de Arganil e do concelho. Falo também da conclusão da instalação dos núcleos museológicos de arqueologia e etnografia na Casa da Cultura. Iniciativas que, sem dúvida, irão projectar o nome de Arganil e oferecer aos munícipes e aos seus visitantes experiências muito enriquecedoras. São iniciativas que valorizam o território e que dão prova da vitalidade e da determinação do Executivo, mesmo nestes tempos difíceis em que vivemos actualmente.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **João Figueira** para referir que “num processo que durou cerca de ano e meio e que culminou numa sessão pública apresentada a 29 de Junho de 2020, foi constituída uma nova Associação no âmbito do concelho, a Floresta da Serra do Açor, Associação; esta teve um primeiro momento em 7 de Março de 2020, quando foi assinada a escritura de constituição, a que se juntaram em 7 de Maio seguinte, precisamente dois meses depois, aqueles que são considerados, no seu conjunto, os membros fundadores desta Associação, e cito: Associações de Compartes de Celavisa, da Teixeira, Lomba, Nogueira e Aveleira, Alqueve e Bocado, Cepos e Casal Novo, Luadas, Salgueiro, Vinhó e Porto Castanheiro. A estes juntaram-se ainda a Junta de Freguesia de Arganil e a Câmara Municipal de Arganil. Desta Associação fazem parte, no conjunto dos terrenos que é aduzido a este projecto, cerca de 2446 hectares. A intervenção prevista no âmbito dessa Associação, prevê que dure numa primeira fase, 40 anos, que é uma fase muito alargada, e que terá, esperamos nós, e é desejável para o concelho, um impacto que será muito mais duradouro do que os 40 anos previstos nesta primeira fase. O apoio técnico dado a esta Associação é prestado pela Escola Superior Agrária de Coimbra. A importância deste projecto radica não só pela dimensão da área de floresta que é abrangida mas também por envolver cerca de uma dezena de Associações do concelho e dois organismos públicos, como a Junta de Freguesia de Arganil e a Câmara Municipal de Arganil, e igualmente importante, o facto de



Assembleia Municipal

envolver a Escola Superior Agrária, que é porventura a unidade técnica mais qualificada nesta matéria da região Centro. Para além disso, uma projeção que ultrapassa a própria região, que é o facto de termos conseguido, “termos” é uma força de expressão senhor Presidente, pois estou a apropriar-me, em parte, do trabalho do executivo, que foi conseguir convencer o grupo Jerónimo Martins dos méritos deste projecto e desta iniciativa que pretendemos levar a cabo, respondendo também ao repto do Grupo Jerónimo Martins afectar a este projecto mais de cinco milhões de euros, o que é, para o nosso território, uma coisa histórica, não só no âmbito do concelho, atrevo-me a dizer da região, quase até do país. O significado deste projecto para o concelho pode radicar aqui, reverter uma situação desfavorável pelo fraccionamento da gestão florestal, um dos grandes problemas da gestão do território tem a ver com o fraccionamento, no nosso território, particularmente afectado por essa característica, e porventura a maior intervenção de sempre na região, no Ordenamento Florestal, pela área que é abrangida, uma oportunidade histórica para estabelecer um regime florestal adaptado aos desafios criados pelas alterações climáticas, isto por um lado. Por outro lado também, e no que concerne a ameaças específicas ao nosso território, uma forma de diminuir o risco de incêndios e o impacto dos incêndios, particularmente este, também a criação de oportunidades para os agentes económicos, seja pela realização de trabalhos de manutenção, pelos produtos obtidos e criados por esta exploração, ou ainda pela valorização paisagística do território, de que poderá ser feito, por exemplo, um aproveitamento turístico, e não só. Afirmar-se também como um exemplo ao nível nacional, na gestão de uma área florestal – eu espero que assim aconteça. Expectativas: desde logo, que o projecto corra muito bem e que todas as partes vejam o seu empenhamento neste projecto ser correspondido. Nós, concelho e Associações do concelho, plasmado nesta nova Associação, que tenham um retorno que esperam com isso, que é uma administração e gestão correcta do território, a Câmara Municipal que, de certa forma, encabeçou este projecto, e apresentou-se ao Grupo Jerónimo Martins, e portanto é bom também que a Câmara Municipal, enquanto intérprete maior deste projecto, possa também ver realizado o objectivo a que se propõe e o Grupo Jerónimo Martins que também dê por bem empregue o investimento e a crença que está a querer depositar em nós. Que também possa alargar-se a outras zonas baldias, isto são expectativas que eu tenho, que este projecto, que esta Associação, possa ainda alargar a zonas de baldios que não integraram este projecto nesta fase inicial, que ainda mais ambiciosamente possa vir a englobar propriedades privadas em número e área substanciais; que possa gerar algum emprego; que possa atrair investimento para este sector e não só, de modo a aproveitar todas as valências criadas, como por exemplo, o aproveitamento de biomassa, não quero esgotar este assunto em concreto, mas, pensar também nesta possibilidade, porque vai ser criada muita massa florestal que poderia vir a ser aproveitada.-----



Assembleia Municipal

-----Quero deixar agradecimentos: ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luis Paulo, por encabeçar todo este processo, que conseguiu levar a bom termo; o esforço que foi feito pela parte do executivo, para além do Senhor Presidente da Câmara, também da Senhora Vereadora Engenheira Érica Castanheira, que acompanharam o processo e também ao Senhor Engenheiro Nuno Santos, que é da equipa técnica e deu um grande apoio a todo este processo; à Escola Superior Agrária e ao Grupo Jerónimo Martins, pela confiança com que nos distingue a todos; às Comissões de Baldios já referidas, pelo arrojo e coragem em fazer a coisa certa, no momento certo, como agora se apresenta a nossa nova Associação, a Floresta da Serra do Açor Associação. Que o trabalho e o desempenho possam vir a ser motivo de orgulho para todos nós, na nossa serra, a que nós e que quem vier depois de nós, partilhe e usufrua do trabalho que seja possível realizar com este projecto. Que nós sejamos um exemplo para as gerações vindouras, que tenhamos invertido o histórico do tratamento incorrecto da gestão da floresta do concelho.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Nuno Espinal** para abordar uma “questão que é do conhecimento de todos, mas que deve ser aqui colocada perante o Senhor Presidente da Câmara e a Senhora Vereadora da Cultura, fundamentalmente, e que tem a ver com as Filarmónicas; penso que todas elas estão a atravessar um momento difícil porque a pandemia assim criou esta situação, falta de receitas e se não houver uma ajuda a algumas Filarmónicas, elas vão mesmo acabar. Tenho conhecimento mais profundo do que se passa com a Filarmónica Flor do Alva, que neste momento está financeiramente desgastada, não tem dinheiro, tem dificuldades inclusivamente em manter um maestro para, pelo menos, fazer ensaios e era uma forma de continuar a mobilizar músicos para que a Filarmónica possa continuar. Se isto não acontecer, esta Filarmónica vai acabar, e as outras vão ter dificuldades, tirando Côja e Arganil, eventualmente, mas o Barril também vai ter algumas dificuldades porque esta situação da pandemia criou estas dificuldades. Penso que o Senhor Presidente e a Senhora Vereadora da Cultura estão sensibilizados para o assunto e bom seria que pudessem dar uma ajuda porque as Filarmónicas fazem parte de uma tradição cultural do nosso concelho e inclusivamente são elas formadoras de músicos, que fazem a aprendizagem de música. Eu tive o privilégio de ser amigo do Zeca Afonso e nunca me vou esquecer, uma vez falámos a propósito de filarmónicas, eu falei de Vila Cova e o Zeca disse-me isto: *oh pá, sabes que as filarmónicas são um instrumento muito importante na cultura dos portugueses, onde a cultura mal chega e apesar de eu ser um anti-salazarista, como tu sabes, devo dizer que uma das poucas coisas que o Salazar fez bem foi apoiar as Filarmónicas. É esta mensagem que aqui quero deixar e espero que haja alguma resposta no sentido das Filarmónicas continuarem a existir no nosso concelho e para isso é preciso essa ajuda financeira.*”-----



Assembleia Municipal

-----Pedi ainda a palavra o senhor deputado **António João Lopes** “para fazer uma interpelação; gostava de perguntar à Mesa como é que posso interpretar que uma empresa capitalista, a Jerónimo Martins, que tem ações na Bolsa, julgo eu, investe 5 milhões de euros na Serra do Açor, a 40 anos. Como é que isto é pago? Onde é que eles vão tirar o rendimento disto?”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para referir que “tentarei responder tão sucintamente quanto possível às questões que aqui foram suscitadas, algumas mais práticas e de resposta mais linear, outras nem por isso.-----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado Miguel Pinheiro e relativamente à informação que prestei numa anterior Assembleia Municipal, acerca dos prazos de conclusão da empreitada do Largo Ribeiro de Campos e das outras intervenções do espaço público associadas, como deve perceber, todos nós tínhamos interesse que elas fossem concluídas o mais rapidamente possível; efectivamente isso não aconteceu, já esta semana tive oportunidade de estar numa reunião em que este assunto foi discutido e o compromisso que foi assumido foi que estas intervenções estarão todas concluídas até ao final deste mês. Espero que não haja mais nenhuma falha nesta matéria. Relativamente à questão relacionada com os serviços do município, estamos, naquilo que tem a ver com a organização dos serviços municipais, com duas dificuldades em paralelo, aquela que já resultava de deslocação dos serviços para vários edifícios à qual se somaram as questões de prevenção por causa da pandemia. Aquilo que lhe posso dizer, relativamente a esta matéria, é que tem sido possível colocar e ter os serviços a funcionar com alguma anormalidade, alguns presencialmente, outros por teletrabalho, um instrumento que foi redescoberto e que em alguns casos, não todos, pode ser uma solução quer para serviços públicos, quer para empresas, mas aquilo que estamos a fazer é a acautelar tudo aquilo que são as regras de saúde pública, nomeadamente aquelas que são emanadas pela Direção Geral de Saúde, no sentido de não correremos nenhum risco acrescido e, ao mesmo tempo, termos os serviços a funcionar com normalidade. Relativamente à conclusão das obras nos Paços do Concelho, a previsão que tenho é que até ao fim do ano, em princípio durante o mês de Novembro, estão concluídas; muito dificilmente a próxima Assembleia Municipal, que será em Novembro, terá lugar nos Paços do Concelho. Acerca do Teatro Alves Coelho e da sua questão em concreto, o que é que mudou? Mudou alguma coisa, mudou muita coisa, certamente, isso foi público, um dos aspectos que esteve em cima da mesa e que mereceu na altura a discordância por parte da Misericórdia, tinha a ver com o Plano de Intervenção e com o projecto que tinha sido desenvolvido pela Autarquia, a Misericórdia discordava frontalmente desse projecto de intervenção e aquilo que fizemos desta vez, aprendendo também com o processo anterior, foi fazer as coisas de uma forma diferente, e isso eu tenho-o dito aqui, reiteradamente, penso que quase em todas as Assembleias Municipais, nestes processos, o método mais adequado é o método dos pequenos passos, foi isso que fizemos, à medida que



Assembleia Municipal

dávamos um passo articulávamos com a Misericórdia, e questionávamos se tinha ou não o assentimento ou não por parte da Misericórdia, e chegámos a um projecto de execução que é um projecto de execução com o qual nos identificamos que, como sabe, pois já aqui o disse, foi coordenado e elaborado pela equipa do Arquitecto Mendes Ribeiro, Professor João Mendes Ribeiro, e esse projecto, para além de cumprir aquilo que é o entendimento da Câmara, parte desde logo da proposta do arquitecto Mendes Ribeiro, e merece o assentimento da Misericórdia. Desde logo, nesta matéria, muda tudo; isto é mais ou menos como se estivermos para comprar uma casa, ou gostamos ou não gostamos, e se não gostarmos, não compramos. Ponto de situação em relação a este processo: o projecto de execução foi já entregue, na sua totalidade, estamos na recolha dos pareceres das entidades que têm que os emitir obrigatoriamente, é um processo que está a decorrer com a normalidade e com a tranquilidade que se exige; é um dos processos mais importantes e mais críticos para o nosso concelho. Quanto à referência que fez do respaldo numa candidatura, lamento dizer mas em teoria até poderia haver algum respaldo, mas era um respaldo muito residual, porque já referi aqui numa anterior Assembleia Municipal que estamos a falar de uma estimativa de intervenção muito próxima de três milhões de euros e o valor considerado no PERU, de financiamento comunitário, é cerca de um milhão; não digamos que estava respaldado porque poderia estar respaldado, em teoria, em 30% ou pouco mais do que isso.-----

-----Relativamente à intervenção do Senhor deputado António João Lopes, tomei nota das suas sugestões relativamente aos pontos críticos que têm a ver com a velocidade automóvel. Relativamente à questão do desenvolvimento económico e naquilo que tem a ver com a dinâmica do comércio, não concordo nada com a sua apreciação, e falo com alguma regularidade, com os comerciantes e aqueles que têm alguma dinâmica, pois sabemos que há comerciantes e comerciantes, mas daqueles que têm alguma dinâmica, aquilo que tenho ouvido é que tem sido um ano de referência, muito melhor do que qualquer um dos que antecedeu este ano de 2020, e também conseguem explicar muito facilmente porque é que isso está a acontecer, efectivamente a prática de consumo alterou-se alguma coisa, as pessoas começaram a evitar a deslocação tão intensiva aos centros comerciais, ao mesmo tempo os próprios centros comerciais também estiveram encerrados durante algum tempo, mas o que registamos, é uma alteração de hábitos do consumo, favorável ao pequeno comércio. Mas o pequeno comércio também tem que se adaptar e há questões práticas, como sejam os horários, que têm que ser adaptadas à vida das pessoas e dos potenciais consumidores. Devo também acrescentar, relativamente a esta matéria, que cientes da importância que o comércio tem, enquanto dinamizador da economia do concelho, temos promovido algumas ações de formação dirigidas expressamente aos comerciantes, no sentido de tornarem os seus estabelecimentos mais apelativos, de utilizarem novas técnicas de venda, isto está tudo em mudança e o pequeno comércio tem também que se adaptar. Paralelamente, tem estado a decorrer um concurso que visa potenciar e aumentar o consumo do nosso comércio



Assembleia Municipal

tradicional e portanto, a apreciação que faz, é uma apreciação com a qual não concordo. Acerca da referência que fez, sobre as verbas da União Europeia, aguardamos com expectativa para saber o que é que aí vem, mas não podemos falar em rebanhos de vacas, pois são manadas de vacas, se a memória não me falha. Em relação aos prazos de licenciamento, devo dizer que os prazos de licenciamento são daqueles irritantes que todos nós gostaríamos que não existissem; e aquilo que o senhor sinalizou como uma boa prática, é boa prática mas também a seguimos na Câmara de Arganil, ou seja, sugerir-se que exista uma prévia articulação por parte dos projectistas com os serviços municipais, para que o projecto quando é entregue, já estar tão aproximado quanto possível àquilo que a legislação permite. Isso poupa tempo e dinheiro a toda a gente, inclusive ao município, mas também não ignoramos que, infelizmente, tem havido algumas situações que parece que é vantajoso para alguns dos intervenientes que estes processos se prolonguem no tempo; não vou tentar explicar porquê, porque alguns de vocês sabem e não é essa a questão que está aqui em cima da mesa. As boas práticas que sugere, são as boas práticas que seguimos nos serviços do município.--
-----Relativamente à intervenção do senhor deputado Christophe Coimbra, agradecer as suas palavras relativamente aos vários assuntos que aqui abordou. Devo dizer que relativamente àquilo que tem a ver com a intervenção na rede viária, nós na rede viária estamos habituados a ser criticados quando ela está em mau estado e agora estamos a habituar-nos a ser criticados porque ela fica em bom estado; é daqueles assuntos em que se é preso por ter cão e por não ter, mas isso faz parte dos ossos do ofício e é “normal”. Aquilo que quero dizer-lhe é que este Plano Estratégico de Intervenção na Rede Viária foi articulado desde o primeiro momento com os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia. Em parceria, fizemos um levantamento exaustivo das prioridades do concelho, sinalizámos oitenta arruamentos que necessitavam de intervenção, paulatinamente os projectos de execução têm vindo sendo elaborados à cadência de dez intervenções por pacote de projectos, as empreitadas têm estado a acontecer, se perguntarem aos senhores Presidentes das Juntas, certamente aquilo que eles vão dizer é que ainda é pouco e queriam muito mais, e eu reconheço que, nomeadamente em algumas freguesias, ainda é preciso muito mais, mas é um Plano que construímos em parceria com as freguesias, ainda nenhuma se queixou a dizer que tinha betuminoso a mais, penso que estão todos presentes, se algum estiver farto de alcatrão ponha o dedo no ar. Não havendo nenhuma objecção, e havendo esta parceria, continuaremos o trabalho que, em equipa, temos vindo a construir. Relativamente ao IP3, devo dizer que parte da culpa do que está a acontecer, também é dos presidentes de Câmara que integram a Comunidade Intermunicipal, e vou explicar porquê: em determinado momento o Governo fez colocar em cima da mesa da discussão da Comunidade Intermunicipal a questão das alternativas para o IP3, a reabilitação daquele traçado ou um novo traçado que faria a ligação em perfil totalmente de auto-estrada, desde a A13, passando com um nó um bocadinho a sul de S. Pedro de Alva, e que faria a



Assembleia Municipal

intercepção com a A12, pelo Carregal, e faria depois uma nova ligação entre Mangualde e Viseu, e essa discussão foi uma discussão muito acesa na Comunidade Intermunicipal, levou a alguma divisão dos Presidentes de Câmara, nós, com Góis, com Lousã, com Poiães, defendíamos esta opção de uma nova auto-estrada, de uma nova via, depois houve um conjunto de Presidentes de Câmara que, infelizmente para nós, foi o grupo maioritário, que se bateu pela reabilitação da IP3, pela solução do IP3 que está agora a decorrer, e portanto aqui custa-me constatar isto, mas o que está a acontecer tem também o dedo dos Presidentes de Câmara que integram a Comunidade Intermunicipal. Aquilo que eu sei é aquilo que o senhor deputado aqui referiu, e aguardamos que esta ligação entre Coimbra e Viseu possa ser 85% em traçado de auto-estrada conforme foi apresentado e os tais 12% em duas mais uma faixas, se assim for não é aquilo que nós gostaríamos que acontecesse, mas ainda assim, melhoraria significativamente aquela ligação. Há uma intervenção que, em abono da verdade, devo dizer também que está a merecer uma grande atenção nesta intervenção, que é a intervenção de drenagem das águas. Com frequência, naquela via, nomeadamente nos tempos de chuva, formavam-se lençóis de água, que potenciavam acidentes com grande risco, e essas questões estão também previstas na intervenção do IP3.-----

-----Acerca da intervenção da senhora deputada Fernanda Pacheco, queria assinalar aquilo que me parece ter sido uma alteração de hábitos por parte dos turistas, que obviamente escolheram zonas de menor concentração populacional para fazerem férias, e concelhos como Arganil, beneficiaram dessa situação, mas aquilo que esperamos é que esta tendência que se constatou em 2020, seja uma tendência para manter e para perdurar. Quero, neste processo, agradecer muito o papel que as Juntas envolvidas tiveram nesta matéria, que foi determinante para as coisas terem um bom desfecho. Relativamente à Zona de Lazer de S. Martinho da Cortiça, as propostas foram abertas, está neste momento em período de audiência prévia, diria que, não havendo nenhum contratempo, no prazo de um mês poderemos estar a entrar em obra. Sobre a candidatura aprovada para o Parque de Campismo do Sarzedo, é um importante processo para tentarmos reabilitar aquele equipamento; o valor que é considerado nesta candidatura não é suficiente para a intervenção que ambicionamos para aquele espaço, daí também trazermos a esta Assembleia uma proposta de reforço de financiamento para se poder fazer uma intervenção mais aprofundada no espaço do Parque de Campismo do Sarzedo. Em relação ao ano lectivo e aos transportes, há aqui uma preocupação muito grande de todos para que tudo corra bem, ainda estamos nesse processo de articulação com o Operador, com a autoridade de transportes, no sentido de se implementar uma solução que seja viável e que acautele também a saúde dos nossos alunos.-----

-----Relativamente à intervenção da deputada Maria José Silva, quero agradecer em meu nome pessoal, e enquanto Presidente da Câmara, todo o esforço que tem vindo a desenvolver neste processo. A recolha das assinaturas é também muito mérito seu, tem sido um catalisador muito importante deste processo. Sobre aquilo que



Assembleia Municipal

temos vindo a fazer, além das intervenções mais activas que têm acontecido, temos também colocado algumas questões, a última das quais foi para o Senhor Ministro do Ambiente, que foi em jeito de sugestão, aquilo que entretanto pudemos mensurar foi que a potência prevista para aquela barragem, se for trabalhada numa óptica de produção fotovoltaica, implica um espaço de cerca de 4 hectares; ali percebo que o que está subjacente àquela localização é a proximidade às linhas de transporte, que é uma questão crítica, e a sugestão que fiz ao Senhor Ministro foi nesse sentido, de tentar alterar a tecnologia, acautelando ao mesmo tempo, os interesses de todos. Quero agradecer as suas referências em relação àquilo que foram processos bem sucedidos, das Noites de Verão, dos Percursos Pedestres Temáticos; em relação a estes últimos, percebemos claramente em 2020 que esta é uma área em que se pode gerar riqueza no território, colocando agentes privados a promoverem estes percursos, e dessa maneira também potenciando emprego e criando riqueza. Relativamente aos núcleos de arqueologia e de etnografia não vou fazer muitas referências, a partir de segunda-feira estarão a funcionar e a receber todos os interessados; penso que as soluções que encontrámos são soluções muito positivas. -----Por último, em relação à intervenção do senhor deputado João Figueira, eu tenho falado muito deste projecto da Floresta da Serra do Açor, entendo que ele vem efectivamente rasgar com práticas que nos trouxeram ao ponto em que nos encontramos. Como disse, e bem, é uma área muito significativa, 2.500 hectares, um investimento superior a 5,8 milhões de euros. Aquilo que desenhámos em parceria com a Escola Superior Agrária é um projecto que considere o melhor conhecimento que existe, e que considere também as previsões daquilo que vai acontecer, nomeadamente em matéria de alterações climáticas, considera a perspectiva da protecção das linhas de água e do solo, da valorização da paisagem, da biodiversidade, naturalmente também de alguma produção, não considera um único eucalipto, que foi uma das atoardas que em determinado momento perpassou um bocadinho na discussão surda, e considera também o envolvimento claro e determinado do Grupo Jerónimo Martins, que não está aqui a investir, mas sim a apoiar; trata-se de mecenato, não se trata de nenhum investimento. Aquilo que o Grupo Jerónimo Martins quer com este processo, é que seja um processo e um projecto sérios, que sejam um exemplo para o país, e desde o início, uma preocupação muito grande pelo envolvimento de uma instituição do ensino superior de referência, com experiência na área florestal. É esta a grande justificação para o envolvimento do Grupo Jerónimo Martins, a quem muito agradecemos.-----

-----Senhor deputado António João Lopes, se por acaso encontrar quer seja um privado, quer seja um público, que em vez de 2.500 hectares, queira concretizar mais, em vez de 5,8, quiser gastar dez milhões ou cem milhões, pode trazer que nós recebemos cá, desde que seja num projecto que não inclua aquilo que nós não queremos no território; eu acho que é nesse processo que deve gastar as suas energias, procurar alguém que faça alguma coisa no território.”-----



Assembleia Municipal

-----Pedi novamente a palavra o senhor deputado **Miguel Pinheiro** “para responder à pergunta que me foi feita pelo ilustre colega Luis Gomes; o Partido Socialista, em relação à mini-hídrica, assinou uma posição conjunta com o Partido Social Democrata e com todos os que aqui a quiseram assinar, e que vai em sequência na minha incoerência, com todas as posições que sempre teve sobre este assunto; não mudámos a nossa posição; a nossa posição continua, no sentido da posição conjunta. Devo referir até, que esta postura sobre a mini-hídrica e as mini-hídricas em geral, também não é consensual e foi caso disso até, na visita que os deputados do PSD fizeram ao local, pois um deles até à comunicação social disse que era a favor das mini-hídricas; não sei se é uma questão interna, porque o seu Partido, em Tábua, é favorável à mini-hídrica, portanto esta questão tem várias posições. Mais importante do que isso, por exemplo, seria colocar a questão ao Senhor Presidente e ao Senhor Vereador do Ambiente, do estado não de uma potencial visão futura para aquele local específico do rio, mas sim, por exemplo, como veio a lume recentemente, a pergunta feita pelos deputados de Os Verdes, na Assembleia da República, sobre as descargas da ETAR da Alagoa na Ribeira de Folques, que puseram em causa a qualidade da água, nomeadamente na Praia Fluvial do Sarzedo. Essas questões é que são importantes neste momento; são todas importantes, esta é mais relevante porque está a acontecer e pode pôr em causa muitas questões, nomeadamente o que a senhora deputada Fernanda Pacheco referiu e muito bem, sobre as valências do Turismo e das Praias Fluviais, que chamou muita gente e nós queremos é garantir que estas questões sejam salvaguardadas. Esses problemas e essas questões é que neste momento são a prioridade em relação ao Rio Alva. A nossa posição foi muito clara e aguardamos os desenvolvimentos. Esta questão das descargas, e eu tenho a certeza que o Senhor Presidente e o Senhor Vereador do Ambiente estão a par das mesmas, poderão sossegar-nos sobre o que realmente aconteceu. E eu nisso, também gostava de ver o PSD preocupado e a fazer as questões que deve fazer. Senhor Presidente, se puder elucidar-nos sobre esta questão, agradeço.-----

-----Em relação ao Teatro Alves Coelho, apenas perguntei porque também me lembro do comunicado, na altura, em 2015 ou 2016 do município, sobre a ruptura de posição com a Santa Casa e da importância, na altura, posta no projecto elaborado, que seria até oferecido à Santa Casa, na altura, e da relevância de o ter já contabilizado para efeitos do PARU, e da candidatura, e que depois até obrigou à reformulação da própria candidatura. O Senhor Presidente disse que mudou o projecto, tudo bem, e a equipa projectista merece-me todo o respeito e admiração e acho que até pode ser uma mais-valia não só para o funcionamento, que estou certo será eficaz, mas enquanto intervenção ao nível do próprio objecto da arquitectura. Depois estaremos cá para ajudar na gestão e na programação, para que seja um sucesso também o seu funcionamento, porque interessa é que a obra se faça, esteja aberta, que atraia público e que tenha uma programação diversificada. O que tinha perguntado era agora quais são os passos seguintes, o que é que podemos



Assembleia Municipal

esperar? Se há acordo, se a Câmara e a Santa Casa da Misericórdia estão numa dinâmica de paz, e de construção de cenários futuros, o que é que isso pode implicar agora, ou seja, que passos seguintes é que poderão ser dados, dentro do contexto do que conhecemos, tanto de apoios como de candidaturas disponíveis, pois o valor triplicou, o que é que podemos esperar para futuros próximos, em relação ao Teatro Alves Coelho?”-----

-----Teve novamente a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para explicar que “quero ser muito claro relativamente à ETAR da Alagoa, tal como tentarei ser relativamente ao Teatro Alves Coelho. A ETAR da Alagoa, como sabem, é operada pela Águas do Centro Litoral e a situação que alegadamente se verificou, nos causou a mesma preocupação que causou a todas as pessoas atentas àquilo que acontece em matéria ambiental. Imediatamente questionámos a Águas do Centro Litoral acerca das razões para aquilo que alegadamente aconteceu e a justificação que nos foi transmitida e isso infelizmente verifica-se mais vezes do que aquilo que seria aceitável, do ponto de vista do civismo, mas alegadamente, alguém colocou um tapete dentro do sistema do saneamento e esse tapete entupiu a conduta e provocou transbordo; se quiser informação mais esmiuçada, posso passar-lhe a informação que veio da Águas do Centro Litoral. Trata-se de um processo que está totalmente automatizado, quando há alguma situação crítica, alguma falha, alguma bomba que pare, automaticamente a alarmística é desencadeada. Ali houve efectivamente uma situação anormal que alegadamente não estará estado relacionada com uma deficiente exploração mas estará relacionada com o uso lamentável, por parte de alguém que aparentemente pretendeu mesmo criar problemas no funcionamento do Sistema.-----

-----Relativamente à questão da mini-hídrica, devo recordar que aquilo que um dos deputados do PSD disse, na visita que fez ao concelho, foi que, em teoria, e por princípio, defendia as barragens, não defendeu esta em concreto; quero apenas clarificar esta matéria.-----

-----Relativamente àquilo que concerne ao Teatro Alves Coelho, queria dizer uma coisa, e que no fundo representa aquilo que tem sido a nossa postura neste processo: para nós, a história de 2015, para nós Câmara e Misericórdia, não interessa, não contribui, a não ser naquilo que foram os ensinamentos para as partes, não contribui para resolver este problema; temos vindo a construir este processo desde 2018, desde o momento em que aconteceu a primeira reunião; para isso é preciso também termos capacidade de construir a partir do zero e não tentar construir a partir do negativo, porque isso não facilita o processo.-----

-----Em relação à questão concreta que colocou, só lhe posso responder da mesma maneira que respondi durante se calhar um ano, acerca das suas interpelações sistemáticas aqui na Assembleia Municipal, acerca do projecto da Floresta da Serra do Açor: quando tivermos informações objectivas e concretas, acerca das soluções, falaremos delas. Colocar isto no capítulo da especulação, acho que, honestamente,



Assembleia Municipal

não ajuda a resolver aquilo que é um dos projectos mais importantes para a vila e para o concelho.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para referir que “não queria deixar de dirigir uma palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, do qual temos conhecimento que em breve cessará funções; sendo provavelmente esta a última Assembleia Municipal em que participará enquanto Presidente da Junta, não queria deixar de lhe dirigir uma palavra de profunda gratidão e reconhecimento por todo o seu empenho cívico e político, em prol da sua freguesia, em diferentes funções enquanto autarca da freguesia e neste último mandato como Presidente da Junta de Freguesia, a nossa palavra de gratidão, de reconhecimento e o desejo de saúde e muitos anos de vida, e que, noutra papel, e noutras funções, estamos certos de que continuará a servir a sua freguesia e o nosso concelho com a dignidade, com a dedicação e com a paixão a que nos habituou. Muito obrigado senhor Manuel.”-----

ORDEM DO DIA

-----**PRIMEIRO:** Apreciação e votação da **Acta da Sessão Ordinária nº 4**, realizada no dia 20 de Junho de 2020.-----

-----Não havendo registo de intervenções, a acta nº 4 foi aprovada por unanimidade de 33 votos.-----

-----**SEGUNDO:** Apreciação e votação, nos termos do nº 2 do artigo 2º e do artigo 8º do Regulamento para a Concessão de Medalhas, da **proposta de Atribuição de Medalhas na Sessão Solene do Dia do Município**.-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para referir que “este é um assunto que há muitos anos, desde 1983, segundo pude apurar, não era objecto de apreciação por parte da Assembleia Municipal; tem sido na Câmara Municipal que esta questão tem sido resolvida. Não posso por isso deixar de lamentar que não tenha sido possível encontrar este entendimento no seio do executivo camarário, mas isso aconteceu. O Senhor Presidente teve a ação de dar conhecimento à Assembleia Municipal de que não tinha sido possível obter um entendimento na Câmara Municipal, e fez-nos chegar aquela que tinha sido a sua proposta ao executivo camarário, e sendo esta uma competência que pode ser exercida pela Câmara e pode ser exercida pela Assembleia Municipal, entendi que



Assembleia Municipal

fazia sentido que ela pudesse ser apreciada neste órgão, uma vez que tem competências próprias para o efeito. Temos esta proposta em cima da mesa, sem prejuízo, uma vez que os senhores deputados têm a faculdade de poder apresentar propostas na Assembleia Municipal, sem prejuízo de poder ser ponderado o surgimento de outras propostas, e ser avaliada a sua exequialidade, no quadro daquilo que são as funções da mesa. Eu abria agora um pequeno debate sobre este ponto.-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Miguel Pinheiro** para dizer que “antes de mais, gostava de questionar o Senhor Presidente da Assembleia, em que âmbito é que aparece esta proposta escrita ou apresentada por parte apenas do Senhor Presidente da Câmara? É possível que, não havendo uma deliberação do executivo da Câmara Municipal, possa haver uma proposta apenas emanada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal? já que a decisão passou de um fórum para outro, pergunto se pode vir à Câmara uma proposta que não seja emanada dela própria ou que decorra de uma deliberação da Câmara Municipal? acho que é um assunto que cria aqui uma precedência em relação à discussão seguinte. Ainda, se for entendimento desta Assembleia a apresentação como o Senhor Presidente já disse, de propostas, esta ou outras, para votação, o Partido Socialista fará uso dessa possibilidade e como é do conhecimento de todos os que receberam a documentação, a nossa proposta, por imperativo moral, ético e político, é apresentar o nome do Senhor Coronel Rúben Domingues, para a Medalha do Concelho. Para já gostava de ver respondida primeiro essa questão e perceber de que forma é que vamos conduzir as votações em seguida.-----

-----Depois, há aqui também uma questão que gostava de colocar eventualmente ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que não ficou muito esclarecido, ou então não foi transcrito para a acta, que é na discussão em reunião de Câmara, não foi apresentada a lista das empresas que serão homenageadas, só foram apresentadas as empresas que receberiam, por terem sido distinguidas como PME empresas, mas não foi apresentada a lista em reunião de Câmara, ou então não foi transcrita para a acta. Era um esclarecimento que gostava de ver feito.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para dizer que “como já tive oportunidade de referir, no intróito que fiz quando coloquei em debate esta questão, diz o nosso Regulamento para a concessão de medalhas, no seu artigo primeiro, que o município pode atribuir por deliberação da Assembleia Municipal ou da Câmara Municipal, medalhas a indivíduos ou entidades que, pela sua ação, devam merecer a distinção e/ou o apreço públicos. Esta é uma competência que pode ser exercida pela Câmara ou pela Assembleia Municipal. Tendo tido nota daquilo que aconteceu na reunião de Câmara, entendi que este assunto devia ser integrado na ordem de trabalhos. Existe uma proposta, o caminho normal é haver uma proposta da Câmara Municipal, para ser apreciada em Assembleia Municipal, uma vez que temos



Assembleia Municipal

aqui uma responsabilidade partilhada entre os dois órgãos, parece-me normal que sejam os partidos com assento na Assembleia Municipal a apresentar essas propostas. É essa a posição que tenho relativamente a este ponto. Sobre a lista das empresas, no documento que o Senhor Presidente fez chegar à Mesa da Assembleia Municipal, essa lista é apresentada, de acordo com aquilo que tinha sido o critério que presidiu à apresentação da proposta.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** para “clarificar esta situação; na altura, quando esta proposta foi apresentada, o critério foi PME Líder e PME Excelência no período 2016 a 2019 e que ainda não tivessem sido distinguidas pelo Município; nesse momento não tínhamos a identificação de todas essas empresas, foi feito o levantamento posterior, e é essa a razão de aparecerem listadas num momento posterior.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Luis Gomes** para referir que “a proposta que a bancada do PSD tem para apresentar é a proposta apresentada pelo executivo municipal; se houver outra proposta, necessariamente será posta à votação.”-----

-----Pedi novamente a palavra o senhor deputado **Miguel Pinheiro** para referir que “desde já, como ponto prévio, estamos de acordo com todos os nomes que estão apresentados e que foram elencados na proposta que vem emanada do Senhor Presidente da Câmara, e que agora foi reapresentada pelo deputado do PSD, e queremos fazer a inclusão na votação do nome do Coronel Rúben Domingues. Julgo que neste momento interessa, tal como falámos há pouco, que esta discussão seja mantida com a dignidade que ela merece, e a dignidade que merece esta discussão, é a dignidade que os munícipes esperam dos órgãos eleitos, e nós, quando estamos aqui ou noutra fórum, a representar os nossos munícipes, temos que perceber que há alturas em que, mais do que cavar trincheiras, temos que estabelecer pontes e a Democracia é tanto mais uma casa de todos, quando todos nós nos sentimos representados e todos nós que fazemos parte da comunidade, nos conseguimos, em determinadas alturas, sentir representados e às vezes com maior entusiasmo, às vezes com menor entusiasmo. A mim custa-me muito que estejamos aqui a ter esta discussão, partindo de uma avaliação do percurso de um homem que se distinguiu na sua ação e na sua generosidade, entrega e brio, que desenvolveu um percurso notável à causa pública e à defesa da nossa comunidade, neste caso na vida militar, condecorada ao mais alto nível no concelho; não há, com certeza, nenhum militar no activo ou passado que tenha uma folha de serviço e um registo com condecorações desta envergadura; certamente não haverá nesta sala e certamente não haverá em mais nenhuma sala deste concelho, quem possa avaliar a grandeza de um currículo destes. Esta é a nossa posição, o nosso imperativo será manter o nome do Coronel Rúben Domingues para votação, no seguimento da apresentação já feita em reunião de Câmara, e a forma de o fazer, como esperamos, e como já conversámos



Assembleia Municipal

anteriormente, é a votação de caso a caso, não sei se no caso dos conjuntos se é por atacado, e estamos prontos para votar.-----

-----Como ponto prévio, reafirmamos que o Partido Socialista vota favoravelmente todas as propostas de condecoração apresentadas.”-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou o senhor deputado Miguel Pinheiro, para clarificar, se a proposta para atribuição de distinção ao Coronel Rúben Domingues, é a proposta de Medalha do Concelho de Arganil, em ouro, tendo a resposta sido positiva.-----

-----Foram presentes as seguintes propostas, da bancada do Partido Social Democrata e da bancada do Partido Socialista:-----

-----**Proposta da bancada do PSD:**-----

-----Atribuição de **Medalha do Concelho de Arganil (ouro)**: Ana Maria Pereira Abrunhosa, pelo papel determinante e entrega pessoal durante o processo de recuperação dos incêndios de 2017, e Associação Filarmónica Progresso Pátria Nova de Côja, pelo seu 150.º aniversário.-----

-----Atribuição de **Medalha de Mérito, grau prata dourada**: Sociedade Filarmónica Flor do Alva (100.º aniversário); Associação Filarmónica Barrilense (125.º aniversário); Sociedade de Melhoramentos de Pomares (100.º aniversário); Liga de Melhoramentos da Freguesia de Benfeita (100.º aniversário); e PME Líder e PME Excelência, entre 2016 e 2019:-----

- Construções Castanheira & Joaquim, Lda;
- Distriarganil – Supermercados, Lda;
- N.F. Pegado – Empresa de Sinalização e Publicidade, Unipessoal;
- Paula Inês Moreira Dinis, Lda;
- Ramalpombeiro – Construções, Lda;
- Via Solar – Energia e Aquecimentos, Lda;
- Torextrans – Transportes Internacionais, Lda;
- Isabel Maria Duarte Coelho da Cunha Martins, Unipessoal, Lda. (Farmácia Moderna);
- António Mário Dias Marques (GOMAPE).

-----Atribuição de **Medalha de Mérito, grau prata**: Laurent Waegeli Filipe; Fernando Antunes Pereira e Mário Jorge Ribeiro Candosa Vitória.-----

-----**Proposta da bancada do PS:**-----

-----Atribuição de **Medalha do Concelho de Arganil (ouro)**: Coronel Rúben de Almeida Mendes Domingues.-----



Assembleia Municipal

-----A atribuição da **Medalha do Concelho (ouro)** à **Associação Filarmónica Progresso Pátria Nova de Côja** e a atribuição da **Medalha de Mérito, em prata, ao Fernando Antunes Pereira**, foram igualmente propostas pela bancada do PS.-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para dizer que “quero falar daquilo que é o meu entendimento e da Mesa, relativamente ao processo de votações. Como sabem estamos a avaliar pessoas e instituições e as votações têm que decorrer de forma secreta; considero, salvo outro entendimento, que são admitidas duas propostas à Mesa, neste caso uma do PSD, outra do PS, que não vão ser votadas em alternativa; considero que devemos fazer uma votação secreta para cada uma das pessoas sobre as quais existe proposta de distinção, e considero que, relativamente às instituições, uma vez que o critério apresentado numa das propostas é instituições que sejam centenárias, que poderíamos votar em conjunto essa proposta relativa às instituições, o mesmo acontecendo relativamente às empresas, uma vez que, como o Senhor Presidente da Câmara há pouco referiu, e está subjacente à proposta subscrita pelo PSD, tem a ver com as empresas que, a partir de 2016, foram distinguidas com o título PME Líder e PME Excelência, e que ainda não foram alvo de distinção por parte da Câmara Municipal, e que estão nesta lista que aqui figura. Passarei a ler a lista, uma vez que ela não tinha sido referida: Construções Castanheira & Joaquim, Lda, Distriarganil – Supermercados, Lda, N.F. Pegado – Empresa de Sinalização e Publicidade, Unipessoal, Paula Inês Moreira Dinis, Lda, Ramalpombeiro – Construções, Lda, Via Solar – Energia e Aquecimentos, Lda, Torextrans – Transportes Internacionais, Lda, Isabel Maria Duarte Coelho da Cunha Martins, Unipessoal, Lda. (Farmácia Moderna) e António Mário Dias Marques (GOMAPE).-----

-----Pergunto se estão de acordo com este método de votações. Temos que fazer seis votações, pois vamos votar nome a nome. A Assembleia tomou nota da intervenção do senhor deputado Miguel Pinheiro e também toma boa nota de que, relativamente à Filarmónica Pátria Nova e Fernando Pereira, originalmente eram propostas quer do PSD, quer do PS, na Câmara Municipal. Vamos suspender os trabalhos por cinco minutos.”-----

-----Os trabalhos foram interrompidos durante quinze minutos, para os líderes das bancadas conversarem entre si.-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Miguel Pinheiro** para referir que “o uso da palavra que requeri, em nome da bancada do Partido Socialista, resume-se à importância que achamos que a inclusão do Coronel Rúben de Almeida Mendes Domingues para a posterior votação, carecia da leitura do seu currículo que fundamenta esta proposta, até porque temos presentes na sala, cidadãos e órgãos de



Assembleia Municipal

comunicação social que podem não estar conhecedores. Eu passaria a ler de forma rápida:-----

-----*O concelho de Arganil tem a honra de ter entre os seus munícipes o senhor Coronel de Cavalaria Rúben de Almeida Mendes Domingues um homem de inegáveis atributos cívicos um homem de inegáveis atributos cívicos, elevadas qualidades morais e excepcionais qualidades e virtudes militares.*-----

-----*Desde cedo teve uma esmerada educação militar, primeiro como aluno do colégio militar e depois como aluno do curso da Arma de Cavalaria da Academia Militar. Como militar, serviu de forma exemplar a Nação, ao longo de uma carreira distinta e irrepreensível. Numa guerra colonial brutal e injusta, cumpriu o seu dever e serviu a Pátria em quatro comissões de serviço (Angola, São Tomé, Guiné e Moçambique). Foi um comandante de grande mérito e coragem, testemunho dado pelos soldados que liderou e que sempre demonstraram um profundo reconhecimento, gratidão e amizade pelo antigo Comandante “seu primeiro defensor corajoso em tempo de guerra”, testemunho de “uma amizade fraternal sentida, fundada e cimentada sob os perigos de guerra onde fomos sentinelas alerta e guardiões vigilantes da vida de todos por todos”.*-----

-----*O Coronel Rúben Domingues é um homem que prestou relevantes serviços à Nação. Um homem que se distingue sobretudo pela luta e defesa dos valores da Liberdade. É um Capitão de Abril, que participou activamente na construção de um Portugal Livre e Democrático. Antes, durante e depois da Revolução dos Cravos. Depois do 25 de Abril fez parte integrante do Movimento das Forças Armadas.*-----

-----*Tem várias condecorações militares:*-----

-----*Medalha Militar da Cruz de Guerra, Medalha de Mérito Militar, Ordem Militar de Avis, Medalha Militar de Comportamento Exemplar, Medalha de D. Afonso Henriques – Patrono do Exército, Medalha da Campanha de Angola 1961/1963, Medalha da Campanha de São Tomé 1965/1967, Medalha da Campanha da Guiné 1970/1972 e Medalha da Campanha de Moçambique 1974/1975.*-----

-----*Esta é uma leitura resumida porque cada uma destas condecorações tem associada uma prestação de serviços de excelência, em circunstâncias particularmente difíceis e que revelam uma grande capacidade e uma grande disponibilidade e generosidade pelos valores que representa ser português e participar na comunidade e no bem-estar de todos.*-----

-----*No fundo, o que queria o Partido Socialista com isto, era dar a certeza e fundamentar que a honra não está só no Coronel Rúben receber esta medalha do município; a honra deve ter o município de ter entre os seus um homem com o percurso que tem o Coronel Rúben. Obrigado.”*-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para dizer que “vamos então iniciar as votações, não sem antes referir que, de acordo com o Regulamento municipal, relativamente à Medalha do Concelho de Arganil, ouro, e à Medalha de Mérito, grau prata dourada, é necessário o voto de dois terços dos eleitos



Assembleia Municipal

na Assembleia Municipal, não apenas dos presentes, mas de todos os eleitos; o mesmo é dizer que são necessários 24 votos favoráveis para essas distinções poderem ser aprovadas.-----

-----Relativamente às Medalhas de Mérito, grau prata, não dispondo o Regulamento de idêntica determinação, aplicar-se-á a regra da maioria simples, para esta votação.-

-----Bastará escreverem sim ou não, ou não escreverem nada, que será entendido como um voto em branco; serão distribuídos os boletins de voto e a colaboradora desta Assembleia Municipal fará depois também a recolha dos mesmos, não precisam de se deslocar. Face às recomendações da Direção Geral de Saúde, é preferível fazermos assim.-----

-----Vamos iniciar a votação, começando pela atribuição da Medalha de Mérito, grau prata, o primeiro nome que vamos votar é de Laurent Waegeli Filipe.-----

-----Vão ser agora distribuídos os boletins de voto, para votarmos a proposta de Medalha de Mérito, grau prata, a Fernando Antunes Pereira.-----

-----A proposta da atribuição da Medalha de Mérito, grau prata, a Laurent Filipe, foi aprovada com 32 votos a favor e um voto em branco. Passamos agora à votação da proposta de Medalha de Mérito, grau prata, a Fernando Antunes Pereira.-----

-----A proposta da atribuição da Medalha de Mérito, grau prata, a Fernando Antunes Pereira, foi aprovada com 32 votos a favor e um voto em branco.-----

-----Passamos agora à votação da proposta de Medalha de Mérito, grau prata, a Mário Jorge Ribeiro Candosa Vitória.-----

-----Senhor deputado Miguel Teixeira, penso que a sua intervenção é extemporânea, uma vez que eu questioneei sobre o método de votação e ninguém o contestou, naquele momento.-----

-----Este boletim de voto é destinado à votação da Medalha de Mérito, em Prata Dourada, às PME Líder e PME Excelência, entre 2016 e 2019: Construções Castanheira & Joaquim, Lda, Distriarganil – Supermercados, Lda, N.F. Pegado – Empresa de Sinalização e Publicidade, Unipessoal, Paula Inês Moreira Dinis, Lda, Ramalpombeiro – Construções, Lda, Via Solar – Energia e Aquecimentos, Lda, Torextrans – Transportes Internacionais, Lda, Isabel Maria Duarte Coelho da Cunha Martins, Unipessoal, Lda. (Farmácia Moderna) e António Mário Dias Marques (GOMAPE).-----

-----A proposta da atribuição da Medalha de Mérito, grau prata, a Mário Jorge Ribeiro Candosa Vitória, foi aprovada com 31 votos a favor e dois votos em branco.-----

-----Vamos iniciar a votação para a proposta de Medalha de Mérito, prata dourada, às Instituições Sociedade Filarmónica Flor do Alva, Associação Filarmónica Barrilense, Liga de Melhoramentos da Freguesia da Benfeita e Sociedade de Melhoramentos de Pomares”.-----

-----**Os senhores deputados Miguel Sérgio Dias e Miguel Mateus Teixeira saíram da sala de reuniões, por não concordarem com o método de votação, tendo deixado de participar nos trabalhos.**-----



Assembleia Municipal

-----“A próxima votação que se iniciará em seguida é relativa à proposta de atribuição de Medalha do Concelho, grau ouro, ao Coronel Rúben Domingues.-----

-----A proposta de atribuição de Medalha de Mérito, prata dourada, às instituições Sociedade Filarmónica Flor do Alva, Associação Filarmónica Barrilense, Liga de Melhoramentos da Freguesia da Benfeita e Sociedade de Melhoramentos de Pomares, foi aprovada com 31 votos a favor e 2 votos em branco.-----

-----A próxima votação diz respeito à proposta de Medalha do Concelho, ouro, a atribuir à Associação Filarmónica Progresso Pátria Nova, de Côja”.-----

-----**O senhor deputado Miguel Mateus Teixeira regressou à sala de reuniões, voltando a participar nos trabalhos.**-----

-----“A proposta de atribuição da Medalha do Concelho, ouro, ao Coronel Rúben Domingues, foi chumbada, com 11 votos a favor, 18 votos contra e 2 votos em branco.-----

-----Por fim, vamos proceder à votação da proposta de Medalha do Concelho, ouro, a Ana Maria Pereira Abrunhosa.-----

-----A proposta de atribuição da Medalha do Concelho, ouro, à Associação Filarmónica Progresso Pátria Nova, de Côja, foi aprovada com 32 votos a favor, não havendo nenhum voto em branco.-----

-----Pedia aos senhores líderes das bancadas se podiam chegar aqui junto da Mesa.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Miguel Teixeira** para dizer que “em defesa da minha honra e da minha coerência, aquilo que eu fiz, sair daqui, foi um acto simbólico como reacção a algo que eu considero não vou dizer bárbaro, mas manifestamente desagradável e, para mim, abaixo dos parâmetros que são exigíveis ao tratamento de um ser humano em 2020, num país perfeitamente desenvolvido. Não se justifica que, com tantas metodologias, tantas maneiras diferentes de votar, a única que em 2020 conseguimos, é ter uma senhora com alguma idade a fazer voltas a uma sala que tem alguns metros quadrados, com pessoas distribuídas; uma pessoa que não é jovem, por favor não deturpem as minhas palavras. Eu nem para mim quereria isso, acho mesmo que é algo desconfortável e nesse sentido quis manifestar o meu desagrado de forma visível e que fique minimamente registada. Enquanto que o Miguel Dias optou mesmo por sair, eu voltei porque, pelos vistos, é necessário quórum para uma votação e nesse sentido eu voltarei a exercer o meu direito de voto; não porque tenha de alguma maneira mudado a minha concordância em relação a este sistema, que me parece atroz, mas porque, pura e simplesmente, não me vou recusar a fazer parte da engrenagem democrática.”-----

-----O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que “senhor deputado, é legítima a sua opinião e aceito-a, mas uma vez que o vimos entrar na sala, quando ainda estava a decorrer a última votação, ficámos na dúvida se pretendia usar o seu



Assembleia Municipal

direito de voto ou não. Uma vez que fica claro que o pretendia fazer, aquilo que a Mesa entende é que devemos repetir esta votação.-----

-----A proposta de atribuição da Medalha do Concelho, em ouro, a Ana Maria Pereira Abrunhosa, foi aprovada com 25 votos a favor, 3 votos contra e 4 votos em branco, o que significa que atingiu o limiar dos dois terços e portanto está aprovada.”-----

-----Depois de analisadas as propostas apresentadas, e decorridas as votações e intervenções conforme acima descrito, a Assembleia Municipal deliberou, através de votação por escrutínio secreto, o seguinte:-----

-----**Atribuir a Medalha de Mérito, em Prata, a Laurent Waegeli Filipe, com 32 votos a favor e 1 voto em branco;**-----

-----**Atribuir a Medalha de Mérito, em Prata, a Fernando Antunes Pereira, com 32 votos a favor e 1 voto em branco;**-----

-----**Atribuir a Medalha de Mérito, em Prata, a Mário Jorge Ribeiro Candosa Vitória, com 31 votos a favor e 2 votos em branco;**-----

-----**Atribuir a Medalha de Mérito, em Prata Dourada, com 32 votos a favor e 1 voto em branco, às seguintes PME Líder e PME Excelência, entre 2016 e 2019:**-----

---**Construções Castanheira & Joaquim, Lda;**-----

---**Distriarganil – Supermercados, Lda;**-----

---**N.F. Pegado – Empresa de Sinalização e Publicidade, Unipessoal;**-----

---**Paula Inês Moreira Dinis, Lda;**-----

---**Ramalpombeiro – Construções, Lda;**-----

---**Via Solar – Energia e Aquecimentos, Lda;**-----

---**Torextrans – Transportes Internacionais, Lda;**-----

---**Isabel Maria Duarte Coelho da Cunha Martins, Unipessoal, Lda. (Farmácia Moderna);**-----

---**António Mário Dias Marques (GOMAPE).**-----

-----**Atribuir a Medalha de Mérito, em Prata Dourada, com 31 votos a favor e 2 votos em branco, às seguintes Colectividades do concelho:**-----

---**Sociedade Filarmónica Flor do Alva;**-----

---**Associação Filarmónica Barrilense;**-----

---**Sociedade de Melhoramentos de Pomares;**-----

---**Liga de Melhoramentos da Freguesia de Benfeita.**-----

-----**Não atribuir a Medalha do Concelho de Arganil, em Ouro, ao Coronel Rúben de Almeida Mendes Domingues, por a votação ter sido de 11 votos a favor, 18 votos contra e 2 votos em branco.**-----



Assembleia Municipal

-----**Atribuir a Medalha do Concelho de Arganil, em Ouro, à Sociedade Filarmónica de Côja**, com 32 votos a favor.-----

-----**Atribuir a Medalha do Concelho de Arganil, em Ouro, a Ana Maria Pereira Abrunhosa**, com 25 votos a favor, 3 votos contra e 4 votos em branco.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para referir “vamos prosseguir com a nossa ordem de trabalhos, não sem antes agradecer à nossa colaboradora, Odete Fernandes, pelo trabalho que teve, que de facto, não é um trabalho fácil, mas pareceu-nos que era a melhor forma de proceder a esta votação.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Manuel Augusto Rodrigues** para dizer que “vou abandonar esta Assembleia Municipal porque hoje o que se passou aqui é demonstrativo de que o caciquismo voltou a Arganil. A votação esmagadora do PSD no não, à Medalha de Mérito do Coronel, demonstra que não há respeito pelos valores do 25 de Abril de 1974. Lamento, já o tenho dito aqui algumas vezes, que isto está a caminhar para um abismo. Senhor Presidente, eu tenho o direito de dizer porque é que abandono a Assembleia Municipal; tenho esse direito e quero que fique em acta.”-----

-----Em Arganil, estamos a caminhar para um abismo, no que respeita a aspectos democráticos. O 25 de Abril foi comemorado da maneira que foi comemorado, eu sei que houve uma deputada municipal do PSD que até disse que era uma vergonha comemorar-se na Assembleia da República, mas em Arganil foi da maneira como foi. Estou muito chocado com o que se passou hoje aqui e a prova mais uma vez daquilo que eu disse, foi o que aconteceu na última votação para a Medalha do Concelho da Senhora Ministra; como não obtive a maioria, teve que ser apelidada e voltado atrás. Obrigado.”-----

-----O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** disse que “peço desculpa senhor deputado, mas essa última afirmação que fez não é verdadeira. Lamento que o seu conceito de democracia seja esse, seja abandonar a Assembleia Municipal, quando uma votação não lhe é favorável.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Miguel Pinheiro** para “parabenizar os cidadãos e as entidades que foram alvo de reconhecimento para receberem as Medalhas e mais uma vez enaltecer a sua conduta e ação. Por outro lado, lamentar que a proposta de inclusão do Coronel Rúben não tenha sido aprovada. Compreendo a mágoa e a frustração dos meus camaradas, comungo em grande



Assembleia Municipal

parte desse sentimento, e sublinho que nunca é demais enaltecer os valores que nos trazem todos aqui, nunca é demais fazer um esforço de não branqueamento da nossa história, nunca é demais, no nosso entender, sublinhar a homenagem a todos aqueles que nos permitem estar aqui hoje da forma como estamos, pois é possível intervir de determinada forma, com o tom que quisermos e ninguém nos pode apontar o dedo por isso. Lembro-me de uma intervenção da deputada Elisabete, no 25 de Abril, ela falou na altura, dos capitães de Abril e esta história dos capitães de Abril tem uma parte quase de mito, como os capitães da areia do Jorge Amado, mas tem uma fase concreta, que são pessoas que ainda estão vivas, e é esta a altura certa de as homenagear. Relembro que este tipo de recusa, na minha opinião, define um pouco a estreiteza de horizontes de quem a corporiza, porque o que estamos a homenagear era uma pessoa, mas também era a sua participação e o que isso representa, e que, já falámos nisto noutras alturas, vem no seguimento de alguma vulgarização num período histórico da nossa contemporaneidade, que é muito importante, que tem pequenos reflexos, mas também grandes, e aqui no concelho de Arganil, depois da placa de uma rua de Côja, que continua na mesma, continua vulgarizado como se nada acontecesse, este acontecimento não engrandece o município e perdemos aqui uma boa oportunidade de homenagear quem merecia.”---

-----**Os senhores deputados Manuel Augusto Rodrigues, Fernanda Pacheco e Presidente da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, saíram da sala de reuniões, deixando de participar nos trabalhos.**-----

-----**Também saíram da sala de reuniões os senhores vereadores do Partido Socialista.**-----

-----Pedi ainda a palavra o senhor deputado **Miguel Teixeira** para referir que “pelas razões que expus, não participei nesta votação, ainda assim, vou pronunciar-me sobre os “não” que aqui foram ditos. Se quiserem internamente ou externamente utilizar essa suposta incoerência...”-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu o senhor deputado Miguel Teixeira, para lhe dizer que o debate já tinha terminado.-----

-----O senhor deputado **Miguel Teixeira** referiu que “não é debate, o Senhor Presidente hoje está particularmente pouco convivente com a palavra das pessoas.”-

-----Usou novamente da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para referir que “não tirei a palavra a ninguém, mas cabe-me a mim moderar a Assembleia Municipal.”-----

-----Teve novamente a palavra o senhor deputado **Miguel Teixeira** para referir que “o que exercemos hoje aqui, ou vocês exerceram, é política democrática em



Assembleia Municipal

representação do povo, como força soberana da Nação. “Progresso e bom nome do concelho”, porque cito, é o requisito previsto pelo artigo 2º do regulamento que rege a atribuição das Medalhas, que aqui foi discutido. Considerando que a vida e a ação de um capitão de Abril o nosso município não contribui de maneira inestimável para o progresso do país, em particular de concelhos do interior, que num estado de subdesenvolvimento atroz em que se encontravam durante o antigo regime fascista de Salazar, nos quais Arganil se insere perfeitamente, não só consubstancia uma interpretação normativa altamente redutora e disfuncionalmente formalista, como bem traduz a pequenez de quem permite que os seus vizes e visão maniqueísta da política e dos outros, toldem o conhecimento de grandeza. Essa pequenez, por si já merecedora de reprovação, torna-se especialmente reprovável em circunstâncias de ascensão e normalização um pouco por todo o mundo ocidental, mas também em Portugal, de uma extrema-direita protofascista que defende ideias como ostracização e discriminação de minorias étnico-raciais, musculação e exercício arbitrário desse músculo por parte de forças policiais, uma já experimentada e perigosa aproximação entre a árvore e a igreja, recusam o conhecimento da posição de vulnerabilidade das mulheres e grupos LGBT e mais, e o desmantelamento do estado social, além do desmantelamento de mecanismos de redução de desigualdade económica e financeira. Estas últimas talvez as razões pelas quais a direita, dita moderada, que penso que o PSD se propõe a querer ser, parece ainda assim conviver tão bem com esses movimentos. Isto são anti-valores que nos atacam como um todo, mas em particular os mais vulneráveis e seria, agora mais do que nunca, importante tomar posições, não só práticas, mas também simbólicas tal como a atribuição desta medalha que foi “vetada” por alguns dos aqui presentes. É de facto doce o sabor da democracia, porque acolhem-se todos os que dela desejam participar, mas também é amargo quando percebemos que infelizmente esses todos englobam igualmente os que contra ela atentam de forma directa e os que ficam parados, coniventemente a testemunhar o atentado. Muito obrigado.”-----

-----Pedi a palavra a senhora deputada **Sara Pedroso** para referir que “não consegui falar calada, porque independentemente de tudo o que tenha acontecido, se falamos em democracia, falamos de respeitar as opiniões dos outros, das que nos são contrárias, das que não nos são favoráveis, sem as apelidar pejorativamente; podemos não concordar mas isso, na minha opinião, não legitima que se usem palavras como estreiteza, pequenez de pensamento, como quando as pessoas que não concordam com determinada posição, ou opinião, como sendo anti-democráticas. Eu senti-me ofendida com essas palavras e era apenas isso que queria dizer. Lamento que isso tenha acontecido hoje, percebo que haja formas de protesto legítimas, abandonar salas pode ser uma delas, quando isso é repetido exaustivamente, acho que se perde um pouco o valor do acto em si e entramos noutro tipo de caminho.”-----



Assembleia Municipal

-----Usou ainda da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** referindo que “queria dizer que hoje, como sempre, nesta Assembleia, praticou-se a Democracia, naquilo que ela tem de melhor, que é escutarmos, ponderarmos e votarmos, de acordo com aquilo que é a nossa consciência; tenho a certeza que todos os senhores deputados o fizeram nas votações anteriores. A democracia é também isso mesmo, é podermos respeitar as opiniões dos outros. Naturalmente que não gostamos quando uma votação não nos é favorável, ficamos mais satisfeitos quando ela nos é favorável, mas isso já nos aconteceu a todos; às vezes ganhamos, outras vezes perdemos, outras vezes as posições dos órgãos nos quais estamos incluídos tomam, não são aquelas que nos agradam mais, mas a essência da democracia e dos seres democráticos que todos e cada um de nós somos, é essa, é participar, é votar, é dar o seu contributo, e no final aceitar aquela que é a posição maioritária. É assim que tem decorrido nesta Assembleia, eu espero que seja assim que continue a acontecer; com respeito pela diferença, pela diversidade de opiniões, e acho que a diferença e a diversidade de opiniões acrescenta sempre valor, acrescenta sempre algo mais e acho que é importante sabermos que este concelho não se constrói apenas com alguns, constrói-se com todos. É esse exercício livre, democrático, de dizer aquilo que pensamos e de afirmarmos bem aquilo que são os nossos valores e os nossos princípios, que deve ser sempre salvaguardado, no seio desta Assembleia Municipal.”-----

-----**TERCEIRO:** Apreciação e votação, nos termos da alínea l) do nº 2 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na actual redação, **dos documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município de Arganil do ano de 2019.**-----

-----Presentes o Manual de Consolidação 2019 e o Relatório de Gestão Contas Consolidadas 2019, que se dão por reproduzidos, para todos os efeitos legais, e dos quais se anexa cópia à acta.-----

-----Presente ainda a informação INF/DAGF/207, datada de 13/07/2020, da técnica superior Paula Duarte, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Sr. Presidente,-----
-----A consolidação de contas resulta de uma imposição legal cujo objetivo consiste na melhoria da informação contabilística prestada pela administração local. Assim, nos termos do nº 2 artigo 76º da Lei nº 73/2013, na sua atual redação, “Os documentos de prestação de contas consolidados, são elaborados e aprovados pelos órgãos executivos de modo a serem submetidos à apreciação dos órgãos deliberativos durante sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam”.-----

-----No entanto, considerando que a Organização Mundial de Saúde qualificou a 11 de março de 2020, a emergência de saúde pública ocasionada pela doença COVID-



Assembleia Municipal

19 como uma pandemia internacional, tem a actual legislação também se moldado face a essa contingência.-----

-----A Lei nº 12/2020 de 7 de maio que promove e garante a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID-19 vem possibilitar no artigo 7.º C que “Para os efeitos do nº 2 do artigo 76º da Lei nº73/2013, de 3 de setembro, no ano de 2020, os documentos de prestação de contas consolidadas respeitantes ao ano de 2019, são elaborados e aprovados, pelo órgão executivo de modo a serem submetidos à apreciação do órgão deliberativo até ao mês de julho de 2020”.-----

-----Perante o exposto, propõe-se a V. Exa que os documentos de prestação de contas consolidadas respeitantes ao ano de 2019, anexos à presente informação, sejam remetidos ao órgão executivo e deliberativo, nos termos ora referidos.-----

-----À Consideração Superior,-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para fazer “uma nota muito breve e sintética; esta obrigação resulta de uma participação muito pequenina, se a memória não me falha, de 0,25%, no capital social da Município, uma sociedade de capitais públicos e essa circunstância obriga a que tenham que ser elaboradas as contas do município, do ponto de vista de contas consolidadas, reflectindo o impacto dessas participações em entidades externas.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e oito votos a favor e uma abstenção, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF/207, aprovar os documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município de Arganil do ano de 2019.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**QUARTO:** Apreciação e votação, nos termos do nº 2 do artigo 51º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei nº 73/2013, de 03 de Setembro, na actual redação, da **proposta da Câmara Municipal, de ajustamento aos projectos afectos ao Empréstimo para financiamento de investimentos não participados por Fundos Europeus Estruturais de Investimento (FEEI)**.-----

-----Presente a informação INF/DAGF/211, datada de 13/07/2020, da técnica superior Paula Duarte, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e seis votos a favor e três abstenções, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF/211/2020, aprovar a proposta da Câmara, do seguinte ajustamento aos projectos afectos ao Empréstimo



Assembleia Municipal

para financiamento de investimentos não participados por Fundos Europeus Estruturais de Investimento (FEEI):-----

Projectos sem participação FEEI	Valor a ser financiado
Ligação Côja - Barril – Vila Cova de Alva	400.000,00 €
Construção de ETAR – Sistema de Drenagem de Águas Residuais (SAR) no Concelho de Arganil – ETAR de Sanguinheda e Fecho de Sistemas de Saneamento de Águas Residuais – Sistema de Alagoa – Subsistema de Casal de S. José	150.000,00 €
Substituição de conduta adutora entre a bifurcação da EM 517-1 com a N342 e o Reservatório de Côja	200.000,00 €
Beneficiação Ligação Casal Novo / EM 543	136.665,04 €
Requalificação da Rede Viária Municipal	1.613.334,96 €
TOTAL	2.500.000,00 €

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**A senhora deputada Tamára Simão saiu da sala de reuniões, deixando de participar nos trabalhos.**-----

-----**QUINTO:** Apreciação e votação das propostas da Câmara Municipal relativas à **contratação de um empréstimo até ao montante de 1.845.000,00€, para financiamento de projectos de investimento:**-----

-----Presente a informação INF/DAGF/265, datada de 27/08/2020, da Chefe de Divisão Ângela Marques, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Considerando que:-----

• A Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada no dia 23 do transato mês de julho, deliberou aprovar a abertura do procedimento de contratação de um empréstimo até ao montante de 1.845.000,00€, para financiamento de projetos de investimento, nas seguintes condições (Anexo I):-----

---a) Natureza do empréstimo: Médio e longo prazos;-----

---b) Montante: Até 1.845.000,00€;-----

---c) Finalidade: Investimento;-----

---d) Prazo de utilização: até 845.000,00€ em 2020, e o remanescente após 01/01/2021 e até 2 anos após obtenção do Visto do Tribunal de Contas;-----

---e) Prazo de carência de capital: 2 anos;-----

---f) Prazo de empréstimo: 12 anos;-----

---g) Taxa de juro: indexada à Euribor a 6 meses;-----



Assembleia Municipal

---h) Amortizações: o empréstimo deverá ser reembolsado em amortizações constantes de capital, com vencimentos mensais;-----

---i) Amortização antecipada: o Município de Arganil poderá proceder à amortização antecipada de parte ou da totalidade do capital em dívida, sem qualquer custo ou indemnização, devendo a proposta fixar condições para o efeito.-----

• Foram convidadas a apresentar proposta as seguintes instituições de crédito: Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, CRL, Caixa Geral de Depósitos, SA, e Banco Comercial Português, SA;-----

• Dos relatórios de avaliação das propostas (Anexos II e III), resulta:-----

· A proposta de exclusão da proposta do Banco Comercial Português, S.A.-----

· Que, da avaliação da propostas admitidas, a mais favorável para o Município é a apresentada pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, CRL, com uma taxa de juro indexada à Euribor a 6 meses, acrescida de spread de 0,34%, sem custos, e possibilidade de amortizar antecipadamente sem quaisquer penalizações;-----

• No que respeita ao apuramento da dívida total, a alínea a) do nº 5 do artigo 52º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, na atual redação, refere que o valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com participação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia, não são considerados para efeitos do referido apuramento;-----

• Os investimentos a serem financiados pelo empréstimo ultrapassam 10% do investimento previsto no Orçamento Municipal para 2020, pelo que determina o nº 2 do artigo 51º do RFALEI que, para além de serem identificados no respetivo contrato de empréstimo, são submetidos a discussão e a autorização prévia da assembleia municipal (Anexo IV).-----

-----Em conformidade com o exposto, submete-se à consideração de V. Exa. a apresentação de proposta à Câmara Municipal, no sentido desta:-----

-----1. Deliberar a exclusão da proposta do Banco Comercial Português, S.A.-----

-----2. Deliberar submeter à Assembleia Municipal, no uso da competência conferida pela alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do RJAL, as propostas de:-----

-----2.1. Discussão e autorização prévia, nos termos do nº 2 do artigo 51º do RFALEI, do programa de investimentos em anexo;-----

-----2.2. Autorização, de acordo com a alínea f) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), para a contratação de um empréstimo de médio e longo prazos, até ao montante de 1.845.000,00€, para financiamento dos mencionados projetos de investimento, junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, CRL, conforme relatórios de avaliação das propostas e nos termos da proposta apresentada com as seguintes condições:-----

---a) Montante: Até 1.845.000,00€-----



Assembleia Municipal

---b) Prazo de utilização: até 845.000,00€ em 2020, e o remanescente após 01/01/2021 e até 2 anos após obtenção do Visto do Tribunal de Contas-----

---c) Prazo de carência de capital: 2 anos-----

---d) Prazo de empréstimo: 12 anos-----

---e) Taxa de juro: indexada à Euribor a 6 meses, acrescida de spread de 0,34%, sem custos-----

---f) Amortizações: o empréstimo deverá ser reembolsado em amortizações constantes de capital, com vencimentos mensais;-----

---g) Amortização antecipada: poderá proceder-se à amortização antecipada de parte ou da totalidade do capital em dívida, sem qualquer custo ou indemnização.-----

---2.3. Autorização prévia, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, para a assunção de compromisso plurianual associado ao contrato de empréstimo em apreço.-----

-----Informo V. Exa. que, nos termos do nº 6 do artigo 49º do RFALEI, os contratos de empréstimo de médio e longo prazos, cujos efeitos da celebração se mantenham ao longo de dois ou mais mandatos, são objeto de aprovação por maioria absoluta dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções.-----

-----Mais se informa que, nos termos do nº 3 do artigo 19º da Resolução nº 14/2011, de 16 de agosto, do Tribunal de Contas (Instrução e tramitação dos processos de fiscalização prévia), deve ser elaborada declaração com a indicação do número de membros do órgão deliberativo em efetividade de funções, bem como do número total de votos contra, a favor e de abstenções. -----

-----Anexa-se:-----

---Anexo I – Minuta da deliberação da Câmara Municipal de 23/7/2020 e informação técnica INF/DAGF/220/2020;-----

---Anexo II – Relatório preliminar de análise das propostas;-----

---Anexo III – Relatório definitivo de análise das propostas;-----

---Anexo IV – Programa de investimentos;-----

---Anexo V – Mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município.-----

-----À Consideração Superior”,-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para “fazer um apontamento muito rápido do porquê deste processo; queria começar por dizer que há uns meses atrás apreciámos aqui e aprovámos um financiamento no valor de 4 milhões de euros relacionado com a Ampliação da Zona Industrial da Relvinha; nesse momento tive oportunidade de dizer que esse era o pior cenário possível, mas que continuaríamos a trabalhar no sentido de se conseguir uma melhoria ao nível do financiamento comunitário e foi exactamente isso que fizemos. O investimento global na Relvinha, na qualificação e na ampliação, como recordarão, ascende sensivelmente a cinco milhões e meio de euros e há uns meses atrás, quando apreciámos essa proposta de financiamento, a expectativa que tínhamos era de ter um financiamento comunitário no montante de um milhão e meio, e fruto das diligências que fomos



Assembleia Municipal

fazendo, formais e informais, e que culminaram na reprogramação da candidatura, houve uma melhoria significativa dos valores de comparticipação e aquilo que inicialmente estava num milhão e meio de euros, de comparticipação, passou para 4.100.000,00€, através de fundos comunitários. Resulta disto que o outro financiamento de quatro milhões cai, não prosseguirá, e este é o financiamento que estamos a suscitar neste momento, que será complementado com o valor que candidatámos ao Banco Europeu do Investimento, de sensivelmente 650 mil euros, a apreciar num momento posterior.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Christophe Coimbra** para dizer que “relativamente a este ponto, é essencial visar devidamente algo que não é directamente a aprovação deste financiamento, mas o que leva a que tal seja uma necessidade. É obrigatório que fique claro o seguinte: o projecto Relvinha foi dotado de um valor adicional de 2,6 milhões de euros, contando agora com uma comparticipação comunitária de 4,1 dos 5,5 milhões que estão previstos investir. A necessidade de provisão de capitais próprios do município reduziu-se de forma muito considerável com o sucesso desta reprogramação. Tal situação fez cair a necessidade da contratação do empréstimo anteriormente aprovado de 4 milhões de euros. É bom que se diga isto de forma bem clara, para não correremos o risco de, num futuro próximo, vir a público mais uma notícia dando nota que o município de Arganil necessitou de mais um financiamento. Contratar um financiamento de 1.845.000,00€, deixando de executar um financiamento de 4.000.000,00€, reduzindo a necessidade de endividamento de forma directa em mais de 2 milhões de euros.----

-----Este processo permite assim libertar margem para a execução de outros investimentos no concelho, que vão certamente melhorar a qualidade de vida de todos os Arganilenses.-----

-----Senhor Presidente, no passado recente tive oportunidade de lhe dizer que foi exímia a forma como leu o processo da vinda das verbas do Fundo de Solidariedade da União Europeia, antecipando o que iria acontecer e posicionando-se devida e atempadamente para garantir níveis de execução ao mais alto nível. Este processo que agora temos em mãos é mais um exemplo perfeito de como o trabalho deve ser feito. Vontade, convicção, capacidade de trabalho e arrojo.-----

-----Recentemente, e já em fase de pandemia, foi questionado pela nossa oposição, se não seria melhor colocar alguma contenção neste processo, colocando-se a hipótese de reverter algumas das decisões já tomadas, dado o peso financeiro que este projecto tinha sobre as contas da nossa autarquia. Perante a adversidade destes tempos recentes, onde seria fácil ver medo, o Senhor Presidente viu oportunidade. Respondeu sempre, dando nota da sua crença na capacidade de aprovar esta reprogramação, não deixando de referir também que um projecto deste género não é algo que se queira ver regredir dada por um lado a sua importância para o concelho, e por outro a sua complexidade, burocracia e custo. Sim, porque a reversão de um projecto deste género acarretaria custos directos e indirectos,



Assembleia Municipal

gigantescos. Hoje, pelo trabalho devidamente feito, temos a possibilidade de levar avante o investimento tão desejado salvaguardando um impacto bastante menor nas contas da autarquia. Não posso deixar de ligar este assunto à minha primeira intervenção e dizer, novamente, não, isto não é obra do acaso. Isto é obra de muito trabalho e muita crença. Amanhã é fácil escrever que o investimento lá realizado foi feito com dinheiro comunitário numa governação socialista, mas a verdade é que este projecto e a vinda destes fundos têm o selo deste executivo PSD, liderado pelo Dr. Luís Paulo Costa.-----

-----Hoje, com a certeza que o mais relevante investimento do concelho avançará sem a ameaça da pressão financeira, criamos condições para fazer avançar outros investimentos também eles importantes, garantindo uma justa e necessária distribuição dos valores a investir por todo o concelho.-----

-----No que toca aos valores a pagar para financiar este município em 1.845.000,00€ a esta data? São uma cópia do que tive oportunidade de dizer em relação aos anteriores financiamentos aprovados. Taxas de juro que evidenciam a exemplar gestão financeira do nosso município. Aliás, este consegue baixar ainda uma décima ao spread do financiamento anteriormente aprovado.-----

-----Sempre tive a opinião que, no que toca à gestão autárquica, quando o nosso território conquista alguma coisa, só há um vencedor, e esse é Arganil. A haver vencidos, esses serão apenas os que anseiam pelo insucesso do nosso território.-----

-----A unanimidade verificada em sede de reunião de câmara para a aprovação deste financiamento e que julgo que se repetirá nesta sessão da Assembleia Municipal, demonstra bem duas coisas: primeiro, que reconhecemos como úteis os investimentos que este financiamento permitirá levar a cabo, e segundo, que o descalabro financeiro pré-anunciado pela nossa oposição, num passado recente, afinal não existe. Não existe hoje, nem existia a essa data. Felizmente é possível perceber agora que essa ideia é algo que já não habita no seio da nossa oposição na medida em que identificaram, inclusive, esta folga criada como oportunidade para promover investimentos adicionais no nosso território. Se essa fosse uma preocupação, a prioridade seria reduzir dívida e não investir.-----

-----Senhor Presidente, mantenha o foco e a motivação e continue a atrair para o nosso território investimentos e projectos para que, num futuro próximo, tenhamos a capacidade para atrair mais pessoas. Sim, porque essas têm que ser as nossas maiores motivações.-----

-----Obrigado.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária realizada em 01 de setembro de 2020 e por unanimidade de vinte e oito votos, o seguinte:-----

-----1 – Autorizar, nos termos do nº 2 do artigo 51º do RFALEI, o seguinte programa de investimentos:-----



Assembleia Municipal

Obj.	Prog.	Projeto		Projetos	Classificação de despesa	Despesa prevista	Valor objeto de financiamento
		Ano / Nº	Ação				
02	013	2020/22		Zona de Lazer de S. Martinho da Cortiça	0102 07010413	336 498,69 €	300 000,00 €
01	001	2018/1	10	Reabilitação do Mercado Municipal de Arganil	0102 07010307	99 967,43 €	45 000,00 €
02	013	2018/41	1	Parque de Campismo do Sarzedo	0102 07010406	378 663,94 €	150 000,00 €
				Requalificação da Rede Viária Municipal	0102 07010408	1 350 000,00 €	1 350 000,00 €
						2 165 130,06 €	1 845 000,00 €

-----1.2. Autorizar, de acordo com a alínea f) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), a contratação de um empréstimo de médio e longo prazos, até ao montante de 1.845.000,00€, para financiamento dos mencionados projectos de investimento, junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, CRL, conforme relatórios de avaliação das propostas e nos termos da proposta apresentada com as seguintes condições:-----

- a) Montante: Até 1.845.000,00€-----
- b) Prazo de utilização: até 845.000,00€ em 2020, e o remanescente após 01/01/2021 e até 2 anos após obtenção do Visto do Tribunal de Contas-----
- c) Prazo de carência de capital: 2 anos-----
- d) Prazo de empréstimo: 12 anos-----
- e) Taxa de juro: indexada à Euribor a 6 meses, acrescida de *spread* de 0,34%, sem custos-----
- f) Amortizações: o empréstimo deverá ser reembolsado em amortizações constantes de capital, com vencimentos mensais;-----
- g) Amortização antecipada: poderá proceder-se à amortização antecipada de parte ou da totalidade do capital em dívida, sem qualquer custo ou indemnização.-----

-----1.3. Autorizar, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, a assunção de compromisso plurianual associado ao contrato de empréstimo em apreço.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----



Assembleia Municipal

-----**SEXTO:** Apreciação e votação, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na actual redacção, da proposta da **Segunda Adenda ao Contrato Programa n.º 16/2019, celebrado com a Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça.**-----

-----Presente a Minuta da Adenda ao Contrato-Programa n.º 16/2019, celebrado com a Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta, bem como a informação INF/DAGFSF/126, datada de 26/08/2020, da técnica superior Lúcia Coimbra, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Senhor Presidente,-----

-----Em coerência com o solicitado e face ao disposto no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que veio aprovar o novo regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais, a competência para deliberar sobre a forma de apoio às freguesias, que na anterior lei, no seu art.º 64.º, n.º6, alínea b) era competência da Câmara Municipal não se encontra atualmente elencada nas atuais competências atribuídas à Câmara Municipal - art.º 33.º da nova Lei, cabendo atualmente tal competência à Assembleia Municipal, conforme disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo (Deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações).-----

-----Neste sentido, compete à Câmara Municipal, apresentar proposta à Assembleia Municipal para que esta delibere sobre a forma de apoio às freguesias e União de Freguesias em causa, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I à citada Lei 75/2013, de 12 de setembro, pelo que se remete a V.ª Ex.ª para aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo I, a minuta de adenda ao contrato programa n.º 16/2019 celebrado com a Freguesia de S. Martinho da Cortiça, o qual foi aprovado sob proposta da Câmara Municipal em sua reunião de 22 de abril de 2019, no montante de 12.500,00€ (doze mil e quinhentos euros), com o objeto de apoio à execução dos trabalhos de “Construção de passeio pedonal na Portelinha, entre a Farmácia e a povoação de Vale de Matouco; Reabilitação da Fonte Romana na Sanguinheda, da Fonte e lavadouro de Saíl, do Chafariz da Cortiça e do Chafariz da Teixugueira.”-----

-----Anexo minuta da adenda ao contrato programa n.º 16/2019, cujo objeto será o apoio à execução dos trabalhos de “Construção de passeio pedonal na Portelinha, entre a Farmácia e a povoação de Vale de Matouco; Construção de valeta no sentido Catraia dos Poços - Sanguinheda.”-----

-----À Consideração Superior,-----



Assembleia Municipal

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de vinte e oito votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGFSF/126/2020, aprovar a Segunda Adenda ao Contrato Programa nº 16/2019, celebrado com a Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**SÉTIMO:** Apreciação e votação, nos termos da alínea o) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na actual redação, da **proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal e Mapa Anual de Recrutamentos relativos ao ano de 2020.**-----

-----Presente a proposta de alteração ao mapa de pessoal e mapa anual de recrutamentos relativos ao ano de 2020, datada de 27/08/2020, que se dá por reproduzido, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de vinte e oito votos, aprovar a proposta da Câmara Municipal, de Alteração ao Mapa de Pessoal e Mapa Anual de Recrutamentos, relativos ao ano de 2020.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**OITAVO:** Apreciação e votação, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na actual redação, **do Projecto do Regulamento de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares.**-----

-----Presente o Projecto do Regulamento de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares, que se dá por reproduzido, para todos os efeitos legais, e do qual se anexa cópia à acta.-----

-----Presente ainda a informação INF/DAGF/245, datada de 10/08/2020, da técnica superior Paula Morgado, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Sr. Vereador Luís Almeida,-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, eis o que me cumpre informar a V. Exa:--

-----Considerando que:-----

- A Câmara Municipal de Arganil, na sua reunião ordinária de 14 de abril de 2020, deliberou, no uso da competência conferida pela alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de



Assembleia Municipal

setembro, na atual redação, o início do procedimento de alteração do Regulamento de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares;-----

- Cumprindo o procedimento previsto no artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, o início do procedimento de alteração do mencionado Regulamento foi publicitado no dia 30 de junho de 2020, no sítio institucional do Município de Arganil, indicando a forma como se podia processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do projeto de regulamento;-----

- Decorrido este prazo, não se verificou a constituição de interessados, nem a apresentação de contributos.-----

-----Submeto à consideração de V. Exa a apresentação de proposta à Câmara Municipal, no sentido de, ao abrigo da competência prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, na atual redação, deliberar submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal o projeto de regulamento de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

-----Anexa-se o projeto de Regulamento de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares.-----

-----À Consideração Superior,-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de vinte e oito votos, e de acordo com a informação técnica supra, aprovar o Regulamento de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**Os senhores deputados municipais Margarida Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia do Piódão, Presidente da Junta de Freguesia de Pomares e Presidente da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva saíram da sala de reuniões, deixando de participar nos trabalhos.**-----

-----**NONO:** Apreciação e votação da **proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais – Áreas protegidas - Paisagem Protegida da Serra do Açor**, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 4º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de Agosto.-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para referir que “esta situação considera uma alteração àquilo que eram as vossas decisões, acerca da transferência de competências naquilo que tem a ver com as áreas protegidas; o que sucede é que houve um conjunto de contactos, quer por parte da Secretaria de Estado, quer por parte do ICNF, no sentido de tentarmos antecipar este processo.



Assembleia Municipal

Entendemos que, face àquilo que foi explicado, e não nos parecendo que existisse nenhum prejuízo, nem nenhuma dificuldade muito significativa, ao nível do município, que haveria condições para concretizar já esta transferência de competências.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Miguel Pinheiro** para referir que “isto prevê uma dotação financeira de 100 mil euros, eu gostava de saber se já temos noção do tipo de afectação tanto de pessoas como de meios, nesta co-gestão, ou seja, se isto implica técnicos andarem numa situação de trabalho conjunto entre Câmara e ICNF, se vai haver a criação de novos postos no quadro da Câmara, afectos à Área da Paisagem Protegida; se isso já está definido, se esse valor é para ser obrigatoriamente utilizado nessa questão; queremos saber se já há noção do tipo de afectação da actividade da Câmara a esta nova competência.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para explicar que “a figura da co-gestão dos Parques Nacionais e nesta área Protegida da Serra do Açor, que é Mata Nacional, essa figura está tipificada na transferência de Competências, no que concerne às paisagens protegidas. A questão que colocou, nomeadamente a dimensão da afectação de meios, nesta fase, não está ainda em cima da mesa, não está sequer legislada, não sei se a prazo lá vamos chegar, admito que sim, neste momento ainda estamos a falar de um órgão que já terá uma capacidade interventiva ao nível da repovoação, de alguns instrumentos de gestão da paisagem protegida, mas ainda assim sem grande afectação de recursos, a não ser que seja voluntariamente. O que resulta deste Protocolo, que no fundo também vem aqui contribuir para que este processo possa ser diligenciado e implementado mais rapidamente, é um Protocolo que considera uma verba de cem mil euros para utilização em 3 anos, e que está relacionada essencialmente com a contratação de pelo menos um técnico da área florestal, em dedicação exclusiva ao projecto, para cumprir um caderno de encargos que também foi distribuído pelos senhores deputados. Este é um processo que acredito que seja construído paulatinamente, que não vai acontecer de um dia para o outro, nesta fase, do ponto de vista da gestão, da execução, o nosso papel será muito similar àquele que tem sido até agora, nalguns casos fazendo algumas pequenas intervenções de manutenção no espaço da paisagem protegida, mas sem ainda a amplitude que o senhor deputado falou e que acredito se coloque num horizonte temporal de 4 ou 5 anos, mas não me parece que aconteça neste período de 3 anos em que vai ser feito este trabalho no terreno.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de vinte e quatro votos, e de acordo com a proposta da Câmara Municipal, aprovar a aceitação, de imediato, da transferência de competência prevista na alínea c) do artigo 20º da Lei nº 50/2018, de 16 de Agosto, e regulada no Decreto-Lei nº 116/2019, de 21 de Agosto.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----



Assembleia Municipal

-----**DÉCIMO: Para conhecimento** – Listagem de Contratos Plurianuais celebrados entre 1 de Junho de 2020 e 15 de Agosto de 2020, no âmbito da Autorização Prévia genérica da Assembleia Municipal, para assunção de compromissos plurianuais – alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redação (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso).-----

-----Presente a informação INF/DAGF/268, datada de 27/08/2020, da técnica superior Teresa Pereira, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----**DÉCIMO PRIMEIRO: Para conhecimento** - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.-----

-----Presente o Relatório Financeiro correspondente ao periodo de 01/01/2020 a 31/07/2020, e o Relatório de Actividades correspondente ao periodo de 01/07/2020 a 15/08/2020, que se dão por reproduzidos, para todos os efeitos legais, e dos quais se anexam cópias à acta.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ENCERRAMENTO

-----Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, quando eram catorze horas e agradeceu a colaboração de todos os Deputados.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta que eu, Odete Fernandes, redigi e vou assinar, junto do Senhor Presidente.-----
